

PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ
CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS

Órgão de julgamento em segunda instância, vinculado administrativamente ao Prefeito Municipal, instituído pelo Decreto nº 819, de 17 de agosto de 1983, com as alterações promovidas pelo Decreto 1.144, de 19 de março de 1985, Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 2.159, de 18-12-89, Decreto nº 3.546, de 03 de novembro de 1998, com alterações sofridas e Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 4.510 de 29 de dezembro de 2006.

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO E EMENTA
PRIMEIRA TURMA JULGADORA

Sessão do dia 05 de julho do ano 2.016

Acórdão e Ementa nº 0144/2016

Conselheiro Relator: *Vitor de Oliveira Tavares*

Recorrente: **PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ – SEMOB**

Recorrido: **DUDA TAXI LOTAÇÃO TURISMO E EVENTOS LTDA - ME**

Recurso de ofício Processo nº: 0.112.951/2015-1 de 28/10/2015

Auto de Infração nº 63022- SEMOB - Valor: R\$ 20.000,00

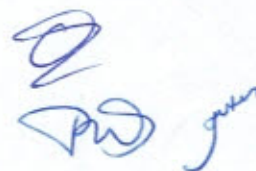
EMENTA

DECISÃO DE 2ª INSTÂNCIA ADMINISTRATIVA. Recurso de Ofício. Cumular função de motorista com a de cobrador. Lei Municipal nº 5.695/2013 que fundamentou o auto de infração. Penalizado nos termos do Artigo 3º, II do mesmo diploma legal. Destinatários serviços de transporte coletivo. Artigo 2º regula tão somente as concessionárias. Impossibilidade de interpretação extensiva. Violação do Princípio da Estrita Legalidade. Cancelamento do Auto de Infração. Decisão de 1ª Instância ratificada.

1. O serviço permissionário de transporte coletivo urbano.
2. Auto de Infração lavrado sob a égide da Lei Municipal 5.695/13.
3. Artigo 2º da Lei 5.695/13 estabelece como destinatário as concessionárias.
4. Impossibilidade de interpretação extensiva para alcançar pessoa não atingida pela norma.
5. Administração adstrita aos termos da Lei.
6. A Decisão de 1ª Instância Administrativa declarando inválido e insubsistente o auto de Infração deve ser ratificada.

Recurso conhecido e improvido.

Decisão da 1ª Turma Julgadora do Conselho de Recursos Fiscais



PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ
CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS

Órgão de julgamento em segunda instância, vinculado administrativamente ao Prefeito Municipal, instituído pelo Decreto nº 819, de 17 de agosto de 1983, com as alterações promovidas pelo Decreto 1.144, de 19 de março de 1985, Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 2.159, de 18-12-89, Decreto nº 3.546, de 03 de novembro de 1998, com alterações sofridas e Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 4.510 de 29 de dezembro de 2006.

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO E EMENTA
PRIMEIRA TURMA JULGADORA

Sessão do dia 05 de julho do ano 2.016

Acórdão e Ementa nº 0144/2016

Conselheiro Relator: *Vitor de Oliveira Tavares*

Recorrente: **PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ – SEMOB**

Recorrido: **DUDA TAXI LOTAÇÃO TURISMO E EVENTOS LTDA - ME**

Recurso de ofício Processo nº: 0.112.951/2015-1 de 28/10/2015

Auto de Infração nº 63022- SEMOB - Valor: R\$ 20.000,00

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Conselheiros do Egrégio Conselho de Recursos Fiscais, em **reunião ordinária**, sob a Presidência do Senhor Conselheiro Pedro Marcelo de Simone, na conformidade da ata de julgamento, **por maioria de votos**, em **conhecer e improver** o Recurso de Ofício, nos termos do voto do Conselheiro Relator, **ratificando** a Decisão de 1ª Instância Administrativa. Votaram com o Relator os Conselheiros: 1. Samuel Barrem da Silva; 2. Neide Maria Loureiro Joaquim Vidal; 3. Paulo Cesar Camargo Ramos; 4. Jose Edemir Moreira Fernandes e 5. Pedro Marcelo de Simone.

A conselheira, Marli de Paula Vilella, apresentou voto divergente e em apartado.

Presente no julgamento a Representante Fiscal do Município da 1ª Turma Julgadora, Dra. Sonia Cristina Mangoni de Oliveira Lelis.


Cuiabá, 07 de julho de 2.016



Pedro Marcelo de Simone
Presidente da Turma



Vitor de Oliveira Tavares
Conselheiro Relator



Jair Alves da Rocha
Presidente do Conselho de Recursos Fiscais



Sônia Cristina Mangoni de Oliveira Lelis
Representante Fiscal do Município de Cuiabá

PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ
CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS

Órgão de julgamento em segunda instância, vinculado administrativamente ao Prefeito Municipal, instituído pelo Decreto nº 819, de 17 de agosto de 1983, com as alterações promovidas pelo Decreto 1.144, de 19 de março de 1985, Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 2.159, de 18-12-89, Decreto nº 3.546, de 03 de novembro de 1998, com alterações sofridas e Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 4.510 de 29 de dezembro de 2006.

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO E EMENTA
PRIMEIRA TURMA JULGADORA

Sessão do dia 05 de julho do ano 2.016

Acórdão e Ementa nº 0145/2016

Conselheiro Relator: *Vitor de Oliveira Tavares*

Recorrente: **PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ – SEMOB**

Recorrido: **DUDA TAXI LOTAÇÃO TURISMO E EVENTOS LTDA - ME**

Recurso de ofício Processo nº: 0.112.949/2015-1 de 28/10/2015

Auto de Infração nº 63010- SEMOB - Valor: R\$ 20.000,00


EMENTA

DECISÃO DE 2ª INSTÂNCIA ADMINISTRATIVA. Recurso de Ofício. Cumular função de motorista com a de cobrador. Lei Municipal nº 5.695/2013 que fundamentou o auto de infração. Penalizado nos termos do Artigo 3º, II do mesmo diploma legal. Destinatários serviços de transporte coletivo. Artigo 2º regula tão somente as concessionárias. Impossibilidade de interpretação extensiva. Violação do Princípio da Estrita Legalidade. Cancelamento do Auto de Infração. Decisão de 1ª Instância ratificada.

1. O serviço permissionário de transporte coletivo urbano.
2. Auto de Infração lavrado sob a égide da Lei Municipal 5.695/13.
3. Artigo 2º da Lei 5.695/13 estabelece como destinatário as concessionárias.
4. Impossibilidade de interpretação extensiva para alcançar pessoa não atingida pela norma.
5. Administração adstrita aos termos da Lei.
6. A Decisão de 1ª Instância Administrativa declarando inválido e insubsistente o auto de Infração deve ser ratificada.

Recurso conhecido e improvido.

Decisão da 1ª Turma Julgadora do Conselho de Recursos Fiscais



PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ
CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS

Órgão de julgamento em segunda instância, vinculado administrativamente ao Prefeito Municipal, instituído pelo Decreto nº 819, de 17 de agosto de 1983, com as alterações promovidas pelo Decreto 1.144, de 19 de março de 1985, Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 2.159, de 18-12-89, Decreto nº 3.546, de 03 de novembro de 1998, com alterações sofridas e Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 4.510 de 29 de dezembro de 2006.

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO E EMENTA
PRIMEIRA TURMA JULGADORA

Sessão do dia 05 de julho do ano 2.016

Acórdão e Ementa nº 0145/2016

Conselheiro Relator: *Vitor de Oliveira Tavares*

Recorrente: **PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ – SEMOB**

Recorrido: **DUDA TAXI LOTAÇÃO TURISMO E EVENTOS LTDA - ME**

Recurso de ofício Processo nº: 0.112.949/2015-1 de 28/10/2015

Auto de Infração nº 63010- SEMOB - Valor: R\$ 20.000,00

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Conselheiros do Egrégio Conselho de Recursos Fiscais, em **reunião ordinária**, sob a Presidência do Senhor Conselheiro Pedro Marcelo de Simone, na conformidade da ata de julgamento, **por maioria de votos**, em **conhecer e improver** o Recurso de Ofício, nos termos do voto do Conselheiro Relator, **ratificando** a Decisão de 1ª Instância Administrativa. Votaram com o Relator os Conselheiros: 1. Samuel Barrem da Silva; 2. Neide Maria Loureiro Joaquim Vidal; 3. Paulo Cesar Camargo Ramos; 4. Jose Edemir Moreira Fernandes e 5. Pedro Marcelo de Simone.

A conselheira, Marli de Paula Vilella, apresentou voto divergente e em apartado.

Presente no julgamento a Representante Fiscal do Município da 1ª Turma Julgadora, Dra. Sonia Cristina Mangoni de Oliveira Lelis.

Cuiabá, 07 de julho de 2.016



Pedro Marcelo de Simone
Presidente da Turma



Vitor de Oliveira Tavares
Conselheiro Relator



Jair Alves da Rocha
Presidente do Conselho de Recursos Fiscais



Sônia Cristina Mangoni de Oliveira Lelis
Representante Fiscal do Município de Cuiabá

PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ
CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS

Órgão de julgamento em segunda instância, vinculado administrativamente ao Prefeito Municipal, instituído pelo Decreto nº 819, de 17 de agosto de 1983, com as alterações promovidas pelo Decreto 1.144, de 19 de março de 1985, Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 2.159, de 18-12-89, Decreto nº 3.546, de 03 de novembro de 1998, com alterações sofridas e Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 4.510 de 29 de dezembro de 2006.

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO E EMENTA
PRIMEIRA TURMA JULGADORA

Sessão do dia 05 de julho do ano 2.016

Acórdão e Ementa nº 0146/2016

Conselheiro Relator: *Vitor de Oliveira Tavares*

Recorrente: **PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ – SEMOB**

Recorrido: **DUDA TAXI LOTAÇÃO TURISMO E EVENTOS LTDA - ME**

Recurso de ofício Processo nº: 0.112.950/2015-1 de 28/10/2015

Auto de Infração nº 63021- SEMOB - Valor: R\$ 20.000,00

EMENTA

DECISÃO DE 2ª INSTÂNCIA ADMINISTRATIVA. Recurso de Ofício. Cumular função de motorista com a de cobrador. Lei Municipal nº 5.695/2013 que fundamentou o auto de infração. Penalizado nos termos do Artigo 3º, II do mesmo diploma legal. Destinatários serviços de transporte coletivo. Artigo 2º regula tão somente as concessionárias. Impossibilidade de interpretação extensiva. Violação do Princípio da Estrita Legalidade. Cancelamento do Auto de Infração. Decisão de 1ª Instância ratificada.

1. O serviço permissionário de transporte coletivo urbano.
2. Auto de Infração lavrado sob a égide da Lei Municipal 5.695/13.
3. Artigo 2º da Lei 5.695/13 estabelece como destinatário as concessionárias.
4. Impossibilidade de interpretação extensiva para alcançar pessoa não atingida pela norma.
5. Administração adstrita aos termos da Lei.
6. A Decisão de 1ª Instância Administrativa declarando inválido e insubsistente o auto de Infração deve ser ratificada.

Recurso conhecido e improvido.

Decisão da 1ª Turma Julgadora do Conselho de Recursos Fiscais



PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ
CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS

Órgão de julgamento em segunda instância, vinculado administrativamente ao Prefeito Municipal, instituído pelo Decreto nº 819, de 17 de agosto de 1983, com as alterações promovidas pelo Decreto 1.144, de 19 de março de 1985, Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 2.159, de 18-12-89, Decreto nº 3.546, de 03 de novembro de 1998, com alterações sofridas e Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 4.510 de 29 de dezembro de 2006.

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO E EMENTA
PRIMEIRA TURMA JULGADORA

Sessão do dia 05 de julho do ano 2.016

Acórdão e Ementa nº 0146/2016

Conselheiro Relator: *Vitor de Oliveira Tavares*

Recorrente: **PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ – SEMOB**

Recorrido: **DUDA TAXI LOTAÇÃO TURISMO E EVENTOS LTDA - ME**

Recurso de ofício Processo nº: 0.112.950/2015-1 de 28/10/2015

Auto de Infração nº 63021- SEMOB - Valor: R\$ 20.000,00


ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Conselheiros do Egrégio Conselho de Recursos Fiscais, em **reunião ordinária**, sob a Presidência do Senhor Conselheiro Pedro Marcelo de Simone, na conformidade da ata de julgamento, **por maioria de votos**, em **conhecer e improver** o Recurso de Ofício, nos termos do voto do Conselheiro Relator, **ratificando** a Decisão de 1ª Instância Administrativa. Votaram com o Relator os Conselheiros: 1. Samuel Barrem da Silva; 2. Neide Maria Loureiro Joaquim Vidal; 3. Paulo Cesar Camargo Ramos; 4. Jose Edemir Moreira Fernandes e 5. Pedro Marcelo de Simone.

A conselheira, Marli de Paula Vilella, apresentou voto divergente e em apartado.


Presente no julgamento a Representante Fiscal do Município da 1ª Turma Julgadora, Dra. Sonia Cristina Mangoni de Oliveira Lelis.

Cuiabá, 07 de julho de 2.016


Pedro Marcelo de Simone
Presidente da Turma


Vitor de Oliveira Tavares
Conselheiro Relator


Jair Alves da Rocha
Presidente do Conselho de Recursos Fiscais


Sônia Cristina Mangoni de Oliveira Lelis
Representante Fiscal do Município de Cuiabá

PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ
CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS

Órgão de julgamento em segunda instância, vinculado administrativamente ao Prefeito Municipal, instituído pelo Decreto nº 819, de 17 de agosto de 1983, com as alterações promovidas pelo Decreto 1.144, de 19 de março de 1985, Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 2.159, de 18-12-89, Decreto nº 3.546, de 03 de novembro de 1998, com alterações sofridas e Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 4.510 de 29 de dezembro de 2006.

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO E EMENTA
PRIMEIRA TURMA JULGADORA

Sessão do dia 05 de julho do ano 2.016

Acórdão e Ementa nº 0147/2016

Conselheiro Relator: *Vitor de Oliveira Tavares*

Recorrente: **PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ – SEMOB**

Recorrido: F J TRANSPORTE LTDA

Recurso de ofício Processo nº: 0.113.219/2015-1 de 29/10/2015

Auto de Infração nº 63092- SEMOB - Valor: R\$ 20.000,00

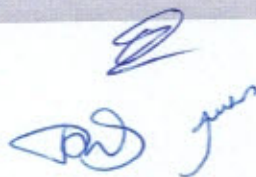
EMENTA

DECISÃO DE 2ª INSTÂNCIA ADMINISTRATIVA. Recurso de Ofício. Cumular função de motorista com a de cobrador. Lei Municipal nº 5.695/2013 que fundamentou o auto de infração. Penalizado nos termos do Artigo 3º, II do mesmo diploma legal. Destinatários serviços de transporte coletivo. Artigo 2º regula tão somente as concessionárias. Impossibilidade de interpretação extensiva. Violação do Princípio da Estrita Legalidade. Cancelamento do Auto de Infração. Decisão de 1ª Instância ratificada.

1. O serviço permissionário de transporte coletivo urbano.
2. Auto de Infração lavrado sob a égide da Lei Municipal 5.695/13.
3. Artigo 2º da Lei 5.695/13 estabelece como destinatário as concessionárias.
4. Impossibilidade de interpretação extensiva para alcançar pessoa não atingida pela norma.
5. Administração adstrita aos termos da Lei.
6. A Decisão de 1ª Instância Administrativa declarando inválido e insubsistente o auto de Infração deve ser ratificada.

Recurso conhecido e improvido.

Decisão da 1ª Turma Julgadora do Conselho de Recursos Fiscais



PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ
CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS

Órgão de julgamento em segunda instância, vinculado administrativamente ao Prefeito Municipal, instituído pelo Decreto nº 819, de 17 de agosto de 1983, com as alterações promovidas pelo Decreto 1.144, de 19 de março de 1985, Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 2.159, de 18-12-89, Decreto nº 3.546, de 03 de novembro de 1998, com alterações sofridas e Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 4.510 de 29 de dezembro de 2006.

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO E EMENTA
PRIMEIRA TURMA JULGADORA

Sessão do dia 05 de julho do ano 2.016

Acórdão e Ementa nº 0147/2016

Conselheiro Relator: *Vitor de Oliveira Tavares*

Recorrente: **PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ – SEMOB**

Recorrido: **F J TRANSPORTE LTDA**

Recurso de ofício Processo nº: 0.113.219/2015-1 de 29/10/2015

Auto de Infração nº 63092- SEMOB - Valor: R\$ 20.000,00


ACÓRDÃO


Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Conselheiros do Egrégio Conselho de Recursos Fiscais, em **reunião ordinária**, sob a Presidência do Senhor Conselheiro Pedro Marcelo de Simone, na conformidade da ata de julgamento, **por maioria de votos**, em **conhecer e improver** o Recurso de Ofício, nos termos do voto do Conselheiro Relator, **ratificando** a Decisão de 1ª Instância Administrativa. Votaram com o Relator os Conselheiros: 1. Samuel Barrem da Silva; 2. Neide Maria Loureiro Joaquim Vidal; 3. Paulo Cesar Camargo Ramos; 4. Jose Edemir Moreira Fernandes e 5. Pedro Marcelo de Simone.

A conselheira, Marli de Paula Vilella, apresentou voto divergente e em apartado.


Presente no julgamento a Representante Fiscal do Município da 1ª Turma Julgadora, Dra. Sonia Cristina Mangoni de Oliveira Lelis.

Cuiabá, 07 de julho de 2.016


Pedro Marcelo de Simone
Presidente da Turma


Vitor de Oliveira Tavares
Conselheiro Relator


Jair Alves da Rocha
Presidente do Conselho de Recursos Fiscais


Sônia Cristina Mangoni de Oliveira Lelis
Representante Fiscal do Município de Cuiabá

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ
CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS**

Órgão de julgamento em segunda instância, vinculado administrativamente ao Prefeito Municipal, instituído pelo Decreto nº 819, de 17 de agosto de 1983, com as alterações promovidas pelo Decreto 1.144, de 19 de março de 1985, Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 2.159, de 18-12-89, Decreto nº 3.546, de 03 de novembro de 1998, com alterações sofridas e Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 4.510 de 29 de dezembro de 2006.

**PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO E EMENTA
PRIMEIRA TURMA JULGADORA**

Sessão do dia 05 de julho do ano 2.016

Acórdão e Ementa nº 0148/2016

Conselheiro Relator: *Vitor de Oliveira Tavares*

Recorrente: **PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ – SEMOB**

Recorrido: **F J TRANSPORTE LTDA**

Recurso de ofício Processo nº: 0.113.228/2015-1 de 29/10/2015

Auto de Infração nº 63013- SEMOB - Valor: R\$ 20.000,00

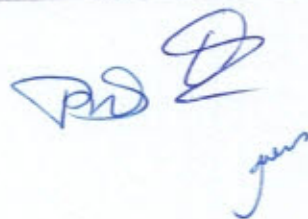
EMENTA

DECISÃO DE 2ª INSTÂNCIA ADMINISTRATIVA. Recurso de Ofício. Cumular função de motorista com a de cobrador. Lei Municipal nº 5.695/2013 que fundamentou o auto de infração. Penalizado nos termos do Artigo 3º, II do mesmo diploma legal. Destinatários serviços de transporte coletivo. Artigo 2º regula tão somente as concessionárias. Impossibilidade de interpretação extensiva. Violação do Princípio da Estrita Legalidade. Cancelamento do Auto de Infração. Decisão de 1ª Instância ratificada.

1. O serviço permissionário de transporte coletivo urbano.
2. Auto de Infração lavrado sob a égide da Lei Municipal 5.695/13.
3. Artigo 2º da Lei 5.695/13 estabelece como destinatário as concessionárias.
4. Impossibilidade de interpretação extensiva para alcançar pessoa não atingida pela norma.
5. Administração adstrita aos termos da Lei.
6. A Decisão de 1ª Instância Administrativa declarando inválido e insubsistente o auto de Infração deve ser ratificada.

Recurso conhecido e improvido.

Decisão da 1ª Turma Julgadora do Conselho de Recursos Fiscais



PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ
CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS

Órgão de julgamento em segunda instância, vinculado administrativamente ao Prefeito Municipal, instituído pelo Decreto nº 819, de 17 de agosto de 1983, com as alterações promovidas pelo Decreto 1.144, de 19 de março de 1985, Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 2.159, de 18-12-89, Decreto nº 3.546, de 03 de novembro de 1998, com alterações sofridas e Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 4.510 de 29 de dezembro de 2006.

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO E EMENTA
PRIMEIRA TURMA JULGADORA

Sessão do dia 05 de julho do ano 2.016

Acórdão e Ementa nº 0148/2016

Conselheiro Relator: *Vitor de Oliveira Tavares*

Recorrente: **PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ – SEMOB**

Recorrido: F J TRANSPORTE LTDA

Recurso de ofício Processo nº: 0.113.228/2015-1 de 29/10/2015

Auto de Infração nº 63013- SEMOB - Valor: R\$ 20.000,00

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Conselheiros do Egrégio Conselho de Recursos Fiscais, em **reunião ordinária**, sob a Presidência do Senhor Conselheiro Pedro Marcelo de Simone, na conformidade da ata de julgamento, **por maioria de votos**, em **conhecer e improver** o Recurso de Ofício, nos termos do voto do Conselheiro Relator, **ratificando** a Decisão de 1ª Instância Administrativa. Votaram com o Relator os Conselheiros: 1. Samuel Barrem da Silva; 2. Neide Maria Loureiro Joaquim Vidal; 3. Paulo Cesar Camargo Ramos; 4. Jose Edemir Moreira Fernandes e 5. Pedro Marcelo de Simone.

A conselheira, Marli de Paula Vilella, apresentou voto divergente e em apartado.

Presente no julgamento a Representante Fiscal do Município da 1ª Turma Julgadora, Dra. Sonia Cristina Mangoni de Oliveira Lelis.

Cuiabá, 07 de julho de 2.016



Pedro Marcelo de Simone
Presidente da Turma



Vitor de Oliveira Tavares
Conselheiro Relator



Jair Alves da Rocha
Presidente do Conselho de Recursos Fiscais



Sônia Cristina Mangoni de Oliveira Lelis
Representante Fiscal do Município de Cuiabá

PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ
CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS

Órgão de julgamento em segunda instância, vinculado administrativamente ao Prefeito Municipal, instituído pelo Decreto nº 819, de 17 de agosto de 1983, com as alterações promovidas pelo Decreto 1.144, de 19 de março de 1985, Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 2.159, de 18-12-89, Decreto nº 3.546, de 03 de novembro de 1998, com alterações sofridas e Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 4.510 de 29 de dezembro de 2006.

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO E EMENTA
SEGUNDA TURMA JULGADORA

Sessão do dia 06 de julho do ano 2.016

Acórdão e Ementa nº 0149 /2016

Conselheiro Relator: *Jair Alves da Rocha*

Recorrente: **PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ - SEMOB**

Recorrido: **L M TAXI LOTAÇÃO – EIRELE - EPP**

Recurso de Ofício processo nº: 0.113.106/2015-1 de 28/10/2015

Auto de Infração de Transporte nº 63019 -SEMOB - Valor: R\$20.000,00

EMENTA

DECISÃO DE 2ª INSTÂNCIA ADMINISTRATIVA. Recurso de Ofício. Condutor veículo exercendo função cumulada de motorista e cobrador. Não atendimento as regras impostas ao serviço de transporte Municipal. Infringência do artigo 2º da Lei nº 5.695 de 20/08/2013. Penalidade aplicada nos termos do artigo 3º, II do mesmo diploma legal. Regulamentação e controle dos serviço público e de utilidade pública cabe ao poder público qualquer que seja a modalidade de sua prestação aos usuários. Lei nº 5.695/13 e a Lei nº 5.766/2013 alcança tanto o transporte coletivo convencional como o transporte coletivo alternativo. Advertência aplicada antes da autuação. Dispositivos legais municipais aplicados com fundamento na infração em total pertinência com a conduta do autuado. Inexistência de qualquer irregularidade formal ou material. Enquadramento correto. Manutenção do auto de infração. Decisão de 1ª Instância reformada.

1. O serviço de táxi-lotação é uma modalidade de transporte coletivo de passageiros urbano que integra o sistema de Transporte Coletivo de Passageiros no Município de Cuiabá.
2. Taxi-lotação não opera de forma diferenciada do transporte de passageiros por ônibus, tendo em vista desempenharem a mesma função, a mesma ordem de serviço operacional, mesmo itinerário e valor de bilhetagem.
3. A ação da permissionária coloca em risco a integridade física dos operadores, dos usuários do serviço de taxi-lotação, bem como do trânsito em geral.
4. Lei nº 5.695/13 estabelece normas para a prestação de transporte coletivo urbano, alcançando tanto o transporte convencional como o alternativo.
5. Recorrente não trouxe aos autos nenhum fato a contrapor a autuação lavrada.
6. Decisão de 1ª Instância Administrativa declarando inválido e insubsistente o auto de Infração deve ser reformada.

Recurso conhecido e provido.

Decisão da 2ª Turma Julgadora do Conselho de Recursos Fiscais

PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ
CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS

Órgão de julgamento em segunda instância, vinculado administrativamente ao Prefeito Municipal, instituído pelo Decreto nº 819, de 17 de agosto de 1983, com as alterações promovidas pelo Decreto 1.144, de 19 de março de 1985, Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 2.159, de 18-12-89, Decreto nº 3.546, de 03 de novembro de 1998, com alterações sofridas e Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 4.510 de 29 de dezembro de 2006.

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO E EMENTA
SEGUNDA TURMA JULGADORA

Sessão do dia 06 de julho do ano 2.016

Acórdão e Ementa nº 0149 /2016

Conselheiro Relator: *Jair Alves da Rocha*

Recorrente: **PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ - SEMOB**

Recorrido: **L M TAXI LOTAÇÃO – EIRELE - EPP**

Recurso de Ofício processo nº: 0.113.106/2015-1 de 28/10/2015

Auto de Infração de Transporte nº 63019 -SEMOB - Valor: R\$20.000,00

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Conselheiros do Egrégio Conselho de Recursos Fiscais, em **reunião ordinária**, sob a Presidência do Senhor Conselheiro Rosbeck Bucair, na conformidade da ata de julgamento, **por unanimidade de votos**, em **conhecer e prover** o Recurso de Ofício, nos termos do voto do Conselheiro Relator, **reformular** a Decisão de 1ª Instância Administrativa. Votaram com o Relator os Conselheiros: 1. Elias Correia Pedrozo; 2. Robson Pereira dos Santos; 3. Irone Galindo Cademartori; 4. Waldemar Alves Lopes e 5. Rosbeck Bucair.

Presente no julgamento a Representante Fiscal do Município da 2ª Turma Julgadora, Dra. Juliette Caldas Migueis

Cuiabá, 07 de julho de 2.016

Rosbeck Bucair
Presidente da Turma

Jair Alves da Rocha
Conselheiro Relator

Jair Alves da Rocha
Presidente do Conselho de Recursos Fiscais

Juliette Caldas Migueis
Representante Fiscal do Município de Cuiabá

PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ
CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS

Órgão de julgamento em segunda instância, vinculado administrativamente ao Prefeito Municipal, instituído pelo Decreto nº 819, de 17 de agosto de 1983, com as alterações promovidas pelo Decreto 1.144, de 19 de março de 1985, Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 2.159, de 18-12-89, Decreto nº 3.546, de 03 de novembro de 1998, com alterações sofridas e Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 4.510 de 29 de dezembro de 2006.

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO E EMENTA
SEGUNDA TURMA JULGADORA

Sessão do dia 06 de julho do ano 2.016

Acórdão e Ementa nº 0150 /2016

Conselheiro Relator: *Jair Alves da Rocha*

Recorrente: **PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ - SEMOB**

Recorrido: **L M TAXI LOTAÇÃO – EIRELE - EPP**

Recurso de Ofício processo nº: 0.113.102/2015-1 de 28/10/2015

Auto de Infração de Transporte nº 63009 -SEMOB - Valor: R\$20.000,00

EMENTA

DECISÃO DE 2ª INSTÂNCIA ADMINISTRATIVA. Recurso de Ofício. Condutor veículo exercendo função cumulada de motorista e cobrador. Não atendimento as regras impostas ao serviço de transporte Municipal. Infringência do artigo 2º da Lei nº 5.695 de 20/08/2013. Penalidade aplicada nos termos do artigo 3º, II do mesmo diploma legal. Regulamentação e controle dos serviço público e de utilidade pública cabe ao poder público qualquer que seja a modalidade de sua prestação aos usuários. Lei nº 5.695/13 e a Lei nº 5.766/2013 alcança tanto o transporte coletivo convencional como o transporte coletivo alternativo. Advertência aplicada antes da autuação. Dispositivos legais municipais aplicados com fundamento na infração em total pertinência com a conduta do autuado. Inexistência de qualquer irregularidade formal ou material. Enquadramento correto. Manutenção do auto de Infração. Decisão de 1ª Instância reformada.

1. O serviço de táxi-lotação é uma modalidade de transporte coletivo de passageiros urbano que integra o sistema de Transporte Coletivo de Passageiros no Município de Cuiabá.
2. Taxi-lotação não opera de forma diferenciada do transporte de passageiros por ônibus, tendo em vista desempenharem a mesma função, a mesma ordem de serviço operacional, mesmo itinerário e valor de bilhetagem.
3. A ação da permissionária coloca em risco a integridade física dos operadores, dos usuários do serviço de taxi-lotação, bem como do trânsito em geral.
4. Lei nº 5.695/13 estabelece normas para a prestação de transporte coletivo urbano, alcançando tanto o transporte convencional como o alternativo.
5. Recorrente não trouxe aos autos nenhum fato a contrapor a autuação lavrada.
6. Decisão de 1ª Instância Administrativa declarando inválido e insubsistente o auto de Infração deve ser reformada.

Recurso conhecido e provido.

Decisão da 2ª Turma Julgadora do Conselho de Recursos Fiscais

PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ
CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS

Órgão de julgamento em segunda instância, vinculado administrativamente ao Prefeito Municipal, instituído pelo Decreto nº 819, de 17 de agosto de 1983, com as alterações promovidas pelo Decreto 1.144, de 19 de março de 1985, Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 2.159, de 18-12-89, Decreto nº 3.546, de 03 de novembro de 1998, com alterações sofridas e Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 4.510 de 29 de dezembro de 2006.

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO E EMENTA
SEGUNDA TURMA JULGADORA

Sessão do dia 06 de julho do ano 2.016

Acórdão e Ementa nº 0150 /2016

Conselheiro Relator: *Jair Alves da Rocha*

Recorrente: **PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ - SEMOB**

Recorrido: **L M TAXI LOTAÇÃO – EIRELE - EPP**

Recurso de Ofício processo nº: 0.113.102/2015-1 de 28/10/2015

Auto de Infração de Transporte nº 63009 -SEMOB - Valor: R\$20.000,00

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Conselheiros do Egrégio Conselho de Recursos Fiscais, em **reunião ordinária**, sob a Presidência do Senhor Conselheiro Rosbeck Bucair, na conformidade da ata de julgamento, **por unanimidade de votos**, em **conhecer e prover** o Recurso de Ofício, nos termos do voto do Conselheiro Relator, **reformular** a Decisão de 1ª Instância Administrativa. Votaram com o Relator os Conselheiros: 1. Elias Correia Pedrozo; 2. Robson Pereira dos Santos; 3. Irone Galindo Cademartori; 4. Waldemar Alves Lopes e 5. Rosbeck Bucair.

Presente no julgamento a Representante Fiscal do Município da 2ª Turma Julgadora, Dra. Juliette Caldas Migueis

Cuiabá, 07 de julho de 2.016

Rosbeck Bucair
Presidente da Turma

Jair Alves da Rocha
Conselheiro Relator

Jair Alves da Rocha
Presidente do Conselho de Recursos Fiscais

Juliette Caldas Migueis
Representante Fiscal do Município de Cuiabá

PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ
CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS

Órgão de julgamento em segunda instância, vinculado administrativamente ao Prefeito Municipal, instituído pelo Decreto nº 819, de 17 de agosto de 1983, com as alterações promovidas pelo Decreto 1.144, de 19 de março de 1985, Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 2.159, de 18-12-89, Decreto nº 3.546, de 03 de novembro de 1998, com alterações sofridas e Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 4.510 de 29 de dezembro de 2006.

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO E EMENTA
SEGUNDA TURMA JULGADORA

Sessão do dia 06 de julho do ano 2.016

Acórdão e Ementa nº 0151 /2016

Conselheiro Relator: *Jair Alves da Rocha*

Recorrente: **PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ - SEMOB**

Recorrido: **L M TAXI LOTAÇÃO – EIRELE - EPP**

Recurso de Ofício processo nº: 0.113.137/2015-1 de 28/10/2015

Auto de Infração de Transporte nº 63091 -SEMOB - Valor: R\$20.000,00

EMENTA

DECISÃO DE 2ª INSTÂNCIA ADMINISTRATIVA. Recurso de Ofício. Condutor veículo exercendo função cumulada de motorista e cobrador. Não atendimento as regras impostas ao serviço de transporte Municipal. Infringência do artigo 2º da Lei nº 5.695 de 20/08/2013. Penalidade aplicada nos termos do artigo 3º, II do mesmo diploma legal. Regulamentação e controle dos serviço público e de utilidade pública cabe ao poder público qualquer que seja a modalidade de sua prestação aos usuários. Lei nº 5.695/13 e a Lei nº 5.766/2013 alcança tanto o transporte coletivo convencional como o transporte coletivo alternativo. Advertência aplicada antes da autuação. Dispositivos legais municipais aplicados com fundamento na infração em total pertinência com a conduta do autuado. Inexistência de qualquer irregularidade formal ou material. Enquadramento correto. Manutenção do auto de infração. Decisão de 1ª Instância reformada.

1. O serviço de táxi-lotação é uma modalidade de transporte coletivo de passageiros urbano que integra o sistema de Transporte Coletivo de Passageiros no Município de Cuiabá.
2. Taxi-lotação não opera de forma diferenciada do transporte de passageiros por ônibus, tendo em vista desempenharem a mesma função, a mesma ordem de serviço operacional, mesmo itinerário e valor de bilhetagem.
3. A ação da permissionária coloca em risco a integridade física dos operadores, dos usuários do serviço de taxi-lotação, bem como do trânsito em geral.
4. Lei nº 5.695/13 estabelece normas para a prestação de transporte coletivo urbano, alcançando tanto o transporte convencional como o alternativo.
5. Recorrente não trouxe aos autos nenhum fato a contrapor a autuação lavrada.
6. Decisão de 1ª Instância Administrativa declarando inválido e insubsistente o auto de Infração deve ser reformada.

Recurso conhecido e provido.

Decisão da 2ª Turma Julgadora do Conselho de Recursos Fiscais

PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ
CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS

Órgão de julgamento em segunda instância, vinculado administrativamente ao Prefeito Municipal, instituído pelo Decreto nº 819, de 17 de agosto de 1983, com as alterações promovidas pelo Decreto 1.144, de 19 de março de 1985, Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 2.159, de 18-12-89, Decreto nº 3.546, de 03 de novembro de 1998, com alterações sofridas e Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 4.510 de 29 de dezembro de 2006.

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO E EMENTA
SEGUNDA TURMA JULGADORA

Sessão do dia 06 de julho do ano 2.016

Acórdão e Ementa nº 0151 /2016

Conselheiro Relator: *Jair Alves da Rocha*

Recorrente: **PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ - SEMOB**

Recorrido: **L M TAXI LOTAÇÃO – EIRELE - EPP**

Recurso de Ofício processo nº: 0.113.137/2015-1 de 28/10/2015

Auto de Infração de Transporte nº 63091 -SEMOB - Valor: R\$20.000,00

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Conselheiros do Egrégio Conselho de Recursos Fiscais, em **reunião ordinária**, sob a Presidência do Senhor Conselheiro Rosbeck Bucair, na conformidade da ata de julgamento, **por unanimidade de votos, em conhecer e prover** o Recurso de Ofício, nos termos do voto do Conselheiro Relator, **reformular** a Decisão de 1ª Instância Administrativa. Votaram com o Relator os Conselheiros: 1. Elias Correia Pedrozo; 2. Robson Pereira dos Santos; 3. Irone Galindo Cademartori; 4. Waldemar Alves Lopes e 5. Rosbeck Bucair.

Presente no julgamento a Representante Fiscal do Município da 2ª Turma Julgadora, Dra. Juliette Caldas Migueis

Cuiabá, 07 de julho de 2.016

Rosbeck Bucair
Presidente da Turma

Jair Alves da Rocha
Conselheiro Relator

Jair Alves da Rocha
Presidente do Conselho de Recursos Fiscais

Juliette Caldas Migueis
Representante Fiscal do Município de Cuiabá

PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ
CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS

Órgão de julgamento em segunda instância, vinculado administrativamente ao Prefeito Municipal, instituído pelo Decreto nº 819, de 17 de agosto de 1983, com as alterações promovidas pelo Decreto 1.144, de 19 de março de 1985, Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 2.159, de 18-12-89, Decreto nº 3.546, de 03 de novembro de 1998, com alterações sofridas e Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 4.510 de 29 de dezembro de 2006.

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO E EMENTA
PRIMEIRA TURMA JULGADORA

Sessão do dia 12 de julho do ano 2.016

Acórdão e Ementa nº 0152/2016

Conselheira Relatora: *Neide Maria Loureiro Joaquim vidal*

Recorrente: **INTEGRAÇÃO TRANSPORTES LTDA**

Recorrido: Prefeitura Municipal de Cuiabá - SEMOB

Recurso Voluntário Processo nº: 0.015.864/2015-1 de 26/02/2015

Auto de Infração de Transporte nº 60630 - SEMOB - Valor: R\$250,00

EMENTA

DECISÃO DE 2ª INSTÂNCIA ADMINISTRATIVA. Recurso Voluntário. Descumpriu horário de viagem programado para a linha das 09:47 hs. Não atendimento as regras impostas ao serviço de transporte Municipal. Infringência do artigo 1º, II da Lei nº 5.766/2013 c/c art. 46, IX da Lei 1789/81. Penalidade aplicada nos termos do Anexo I, Grupo III, Código de Infração "e" do mesmo diploma legal. Preliminar arguida rejeitada. Ato procedimental sem caráter peremptório. Aplicação Princípio da Especialidade. Inexistência de qualquer irregularidade formal ou material. Enquadramento correto. Manutenção do auto de Infração. Decisão de 1ª Instância ratificada.

1. Instituto da prescrição pleiteado não encontra respaldo jurídico.
2. Eventual notificação fora do prazo não se relaciona com o instituto da prescrição.
3. Infração cometida acarreta prejuízos insanável à coletividade usuária.
4. Agente Fiscalizador do Município observou princípio da especialidade ao impor a penalidade.
5. Não se verifica nenhuma irregularidade formal ou material no auto de infração a gerar eventual nulidade.
6. Recorrente não trouxe aos autos nenhum fato a contrapor a autuação lavrada.
7. Defesa invocada desprovida de fundamentação jurídica.
8. Dispositivos legais municipais aplicados com fundamento na infração em total pertinência com a conduta do autuado.
9. Decisão de 1ª Instância Administrativa declarou válido e subsistente o auto de Infração.

Recurso conhecido e improvido.

Decisão da 1ª Turma Julgadora do Conselho de Recursos Fiscais

PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ
CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS

Órgão de julgamento em segunda instância, vinculado administrativamente ao Prefeito Municipal, instituído pelo Decreto nº 819, de 17 de agosto de 1983, com as alterações promovidas pelo Decreto 1.144, de 19 de março de 1985, Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 2.159, de 18-12-89, Decreto nº 3.546, de 03 de novembro de 1998, com alterações sofridas e Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 4.510 de 29 de dezembro de 2006.

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO E EMENTA
PRIMEIRA TURMA JULGADORA

Sessão do dia 12 de julho do ano 2.016

Acórdão e Ementa nº 0152/2016

Conselheira Relatora: *Neide Maria Loureiro Joaquim Vidal*

Recorrente: **INTEGRAÇÃO TRANSPORTES LTDA**

Recorrido: Prefeitura Municipal de Cuiabá - SEMOB

Recurso Voluntário Processo nº: 0.015.864/2015-1 de 26/02/2015

Auto de Infração de Transporte nº 60630 - SEMOB - Valor: R\$250,00

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Conselheiros do Egrégio Conselho de Recursos Fiscais, em **reunião ordinária**, sob a Presidência do Senhor Conselheiro Pedro Marcelo de Simone, na conformidade da ata de julgamento, **por maioria de votos**, em **conhecer e improver** o Recurso Voluntário, nos termos do voto da Conselheira Relatora, **ratificando** a Decisão de 1ª Instância Administrativa. Votaram com o Relator os Conselheiros: 1. Pedro Marcelo de Simone; 2. Paulo César Camargo Ramos; 3. Samuel Barrem da Silva; 4. Vitor de Oliveira Tavares e 5. Marli de Paula Vilella.

O conselheiro, Jose Edemir Moreira Fernandes apresentou voto divergente apartado.

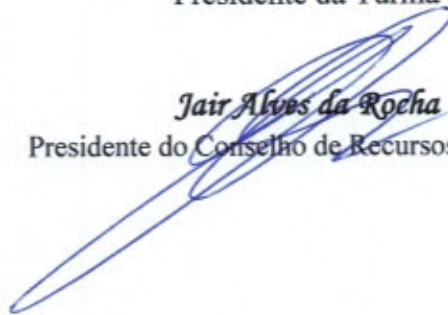
Presente no julgamento a Representante Fiscal do Município da 1ª Turma Julgadora, Dra. Sonia Cristina Mangoni de Oliveira Lelis.

Cuiabá, 14 de julho de 2.016


Pedro Marcelo Simone

Presidente da Turma


Neide Maria Loureiro Joaquim Vidal
Conselheira Relatora


Jair Alves da Rocha
Presidente do Conselho de Recursos Fiscais


Sônia Cristina Mangoni de Oliveira Lelis
Representante Fiscal do Município de Cuiabá

PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ
CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS

Órgão de julgamento em segunda instância, vinculado administrativamente ao Prefeito Municipal, instituído pelo Decreto nº 819, de 17 de agosto de 1983, com as alterações promovidas pelo Decreto 1.144, de 19 de março de 1985, Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 2.159, de 18-12-89, Decreto nº 3.546, de 03 de novembro de 1998, com alterações sofridas e Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 4.510 de 29 de dezembro de 2006.

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO E EMENTA
PRIMEIRA TURMA JULGADORA

Sessão do dia 12 de julho do ano 2.016

Acórdão e Ementa nº 0153/2016

Conselheira Relatora: *Neide Maria Loureiro Joaquim vidal*

Recorrente: **INTEGRAÇÃO TRANSPORTES LTDA**

Recorrido: Prefeitura Municipal de Cuiabá - SEMOB

Recurso Voluntário Processo nº: 0.015.860/2015-1 de 26/02/2015

Auto de Infração de Transporte nº 61988 - SEMOB - Valor: R\$826,00

EMENTA

DECISÃO DE 2ª INSTÂNCIA ADMINISTRATIVA. Recurso Voluntário. Omitiu horário de viagem programado para a linha das 06:24 hs, bem como não colocou veículo reserva. Não atendimento as regras impostas ao serviço de transporte Municipal. Infringência do artigo 1º, II da Lei nº 5.766/2013 c/c art. 41, §2º da Lei 1789/81. Penalidade aplicada nos termos do Anexo I, Grupo III, Código de Infração "a" do mesmo diploma legal. Preliminar arguida rejeitada. Ato procedimental sem caráter peremptório. Aplicação Princípio da Especialidade. Inexistência de qualquer irregularidade formal ou material. Enquadramento correto. Manutenção do auto de Infração. Decisão de 1ª Instância ratificada.

1. Instituto da prescrição pleiteado não encontra respaldo jurídico.
2. Eventual notificação fora do prazo não se relaciona com o instituto da prescrição.
3. Infração cometida acarreta prejuízos insanável à coletividade usuária.
4. Agente Fiscalizador do Município observou princípio da especialidade ao impor a penalidade.
5. Não se verifica nenhuma irregularidade formal ou material no auto de infração a gerar eventual nulidade.
6. Recorrente não trouxe aos autos nenhum fato a contrapor a autuação lavrada.
7. Defesa invocada desprovida de fundamentação jurídica.
8. Dispositivos legais municipais aplicados com fundamento na infração em total pertinência com a conduta do autuado.
9. Decisão de 1ª Instância Administrativa declarou válido e subsistente o auto de Infração.

Recurso conhecido e improvido.

Decisão da 1ª Turma Julgadora do Conselho de Recursos Fiscais

PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ
CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS

Órgão de julgamento em segunda instância, vinculado administrativamente ao Prefeito Municipal, instituído pelo Decreto nº 819, de 17 de agosto de 1983, com as alterações promovidas pelo Decreto 1.144, de 19 de março de 1985, Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 2.159, de 18-12-89, Decreto nº 3.546, de 03 de novembro de 1998, com alterações sofridas e Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 4.510 de 29 de dezembro de 2006.

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO E EMENTA
PRIMEIRA TURMA JULGADORA

Sessão do dia 12 de julho do ano 2.016

Acórdão e Ementa nº 0153/2016

Conselheira Relatora: *Neide Maria Loureiro Joaquim Vidal*

Recorrente: **INTEGRAÇÃO TRANSPORTES LTDA**

Recorrido: Prefeitura Municipal de Cuiabá - SEMOB

Recurso Voluntário Processo nº: 0.015.860/2015-1 de 26/02/2015

Auto de Infração de Transporte nº 61988 - SEMOB - Valor: R\$826,00

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Conselheiros do Egrégio Conselho de Recursos Fiscais, em **reunião ordinária**, sob a Presidência do Senhor Conselheiro Pedro Marcelo de Simone, na conformidade da ata de julgamento, **por maioria de votos**, em **conhecer e improver** o Recurso Voluntário, nos termos do voto da Conselheira Relatora, **ratificando** a Decisão de 1ª Instância Administrativa. Votaram com o Relator os Conselheiros: 1. Pedro Marcelo de Simone; 2. Paulo César Camargo Ramos; 3. Samuel Barrem da Silva; 4. Vitor de Oliveira Tavares e 5. Marli de Paula Vilella.

O conselheiro, Jose Edemir Moreira Fernandes apresentou voto divergente apartado.

Presente no julgamento a Representante Fiscal do Município da 1ª Turma Julgadora, Dra. Sonia Cristina Mangoni de Oliveira Lelis.

Cuiabá, 14 de julho de 2.016


Pedro Marcelo Simone

Presidente da Turma


Neide Maria Loureiro Joaquim Vidal

Conselheira Relatora


Jair Alves da Rocha

Presidente do Conselho de Recursos Fiscais


Sônia Cristina Mangoni de Oliveira Lelis

Representante Fiscal do Município de Cuiabá

PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ
CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS

Órgão de julgamento em segunda instância, vinculado administrativamente ao Prefeito Municipal, instituído pelo Decreto nº 819, de 17 de agosto de 1983, com as alterações promovidas pelo Decreto 1.144, de 19 de março de 1985, Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 2.159, de 18-12-89, Decreto nº 3.546, de 03 de novembro de 1998, com alterações sofridas e Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 4.510 de 29 de dezembro de 2006.

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO E EMENTA
PRIMEIRA TURMA JULGADORA

Sessão do dia 12 de julho do ano 2.016

Acórdão e Ementa nº 0154/2016

Conselheira Relatora: *Neide Maria Loureiro Joaquim vidal*

Recorrente: **INTEGRAÇÃO TRANSPORTES LTDA**

Recorrido: Prefeitura Municipal de Cuiabá - SEMOB

Recurso Voluntário Processo nº: 0.015.866/2015-1 de 26/02/2015

Auto de Infração de Transporte nº 67304 - SEMOB - Valor: R\$826,00

EMENTA

DECISÃO DE 2ª INSTÂNCIA ADMINISTRATIVA. Recurso Voluntário. Omitiu horário de viagem programado para a linha das 06:29 e 09:23 hs, bem como não colocou veículo reserva. Não atendimento as regras impostas ao serviço de transporte Municipal. Infringência do artigo 1º, II da Lei nº 5.766/2013 c/c art. 41, §2º da Lei 1789/81. Penalidade aplicada nos termos do Anexo I, Grupo III, Código de Infração "a" do mesmo diploma legal. Preliminar arguida rejeitada. Ato procedimental sem caráter peremptório. Aplicação Princípio da Especialidade. Inexistência de qualquer irregularidade formal ou material. Enquadramento correto. Manutenção do auto de Infração. Decisão de 1ª Instância ratificada.

1. Instituto da prescrição pleiteado não encontra respaldo jurídico.
2. Eventual notificação fora do prazo não se relaciona com o instituto da prescrição.
3. Infração cometida acarreta prejuízos insanável à coletividade usuária.
4. Agente Fiscalizador do Município observou princípio da especialidade ao impor a penalidade.
5. Não se verifica nenhuma irregularidade formal ou material no auto de infração a gerar eventual nulidade.
6. Recorrente não trouxe aos autos nenhum fato a contrapor a autuação lavrada.
7. Defesa invocada desprovida de fundamentação jurídica.
8. Dispositivos legais municipais aplicados com fundamento na infração em total pertinência com a conduta do autuado.
9. Decisão de 1ª Instância Administrativa declarou válido e subsistente o auto de Infração.

Recurso conhecido e improvido.

Decisão da 1ª Turma Julgadora do Conselho de Recursos Fiscais

PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ
CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS

Órgão de julgamento em segunda instância, vinculado administrativamente ao Prefeito Municipal, instituído pelo Decreto nº 819, de 17 de agosto de 1983, com as alterações promovidas pelo Decreto 1.144, de 19 de março de 1985, Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 2.159, de 18-12-89, Decreto nº 3.546, de 03 de novembro de 1998, com alterações sofridas e Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 4.510 de 29 de dezembro de 2006.

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO E EMENTA
PRIMEIRA TURMA JULGADORA

Sessão do dia 12 de julho do ano 2.016

Acórdão e Ementa nº 0154/2016

Conselheira Relatora: *Neide Maria Loureiro Joaquim Vidal*

Recorrente: **INTEGRAÇÃO TRANSPORTES LTDA**

Recorrido: Prefeitura Municipal de Cuiabá - SEMOB

Recurso Voluntário Processo nº: 0.015.866/2015-1 de 26/02/2015

Auto de Infração de Transporte nº 67304 - SEMOB - Valor: R\$826,00

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Conselheiros do Egrégio Conselho de Recursos Fiscais, em **reunião ordinária**, sob a Presidência do Senhor Conselheiro Pedro Marcelo de Simone, na conformidade da ata de julgamento, **por maioria de votos**, em **conhecer e improver** o Recurso Voluntário, nos termos do voto da Conselheira Relatora, **ratificando** a Decisão de 1ª Instância Administrativa. Votaram com o Relator os Conselheiros: 1. Pedro Marcelo de Simone; 2. Paulo César Camargo Ramos; 3. Samuel Barrem da Silva; 4. Vitor de Oliveira Tavares e 5. Marli de Paula Vilella.

O conselheiro, Jose Edemir Moreira Fernandes apresentou voto divergente apartado.

Presente no julgamento a Representante Fiscal do Município da 1ª Turma Julgadora, Dra. Sonia Cristina Mangoni de Oliveira Lelis.

Cuiabá, 14 de julho de 2.016



Pedro Marcelo Simone

Presidente da Turma



Neide Maria Loureiro Joaquim Vidal

Conselheira Relatora



Jair Alves da Rocha

Presidente do Conselho de Recursos Fiscais



Sônia Cristina Mangoni de Oliveira Lelis

Representante Fiscal do Município de Cuiabá

PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ
CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS

Órgão de julgamento em segunda instância, vinculado administrativamente ao Prefeito Municipal, instituído pelo Decreto nº 819, de 17 de agosto de 1983, com as alterações promovidas pelo Decreto 1.144, de 19 de março de 1985, Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 2.159, de 18-12-89, Decreto nº 3.546, de 03 de novembro de 1998, com alterações sofridas e Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 4.510 de 29 de dezembro de 2006.

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO E EMENTA
PRIMEIRA TURMA JULGADORA

Sessão do dia 12 de julho do ano 2.016

Acórdão e Ementa nº 0155/2016

Conselheira Relatora: *Neide Maria Loureiro Joaquim Vidal*

Recorrente: **INTEGRAÇÃO TRANSPORTES LTDA**

Recorrido: Prefeitura Municipal de Cuiabá - SEMOB

Recurso Voluntário Processo nº: 0.015.861/2015-1 de 26/02/2015

Auto de Infração de Transporte nº 66034 - SEMOB - Valor: R\$250,00

EMENTA

DECISÃO DE 2ª INSTÂNCIA ADMINISTRATIVA. Recurso Voluntário. Omitiu horário de viagem programado para a linha das 23:06 hs acarretando prejuízo insanável a coletividade. Não atendimento as regras impostas ao serviço de transporte Municipal. Infringência do artigo 1º, II da Lei nº 5.766/2013. Penalidade aplicada nos termos do Anexo I, Grupo III, Código de Infração "e" do mesmo diploma legal. Preliminar arguida rejeitada. Ato procedimental sem caráter peremptório. Aplicação Princípio da Especialidade. Inexistência de qualquer irregularidade formal ou material. Enquadramento correto. Manutenção do auto de Infração. Decisão de 1ª Instância ratificada.

1. Instituto da prescrição pleiteado não encontra respaldo jurídico.
2. Eventual notificação fora do prazo não se relaciona com o instituto da prescrição.
3. Infração cometida acarreta prejuízos insanável à coletividade usuária.
4. Agente Fiscalizador do Município observou princípio da especialidade ao impor a penalidade.
5. Não se verifica nenhuma irregularidade formal ou material no auto de infração a gerar eventual nulidade.
6. Recorrente não trouxe aos autos nenhum fato a contrapor a autuação lavrada.
7. Defesa invocada desprovida de fundamentação jurídica.
8. Dispositivos legais municipais aplicados com fundamento na infração em total pertinência com a conduta do autuado.
9. Decisão de 1ª Instância Administrativa declarou válido e subsistente o auto de Infração.

Recurso conhecido e improvido.

Decisão da 1ª Turma Julgadora do Conselho de Recursos Fiscais

PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ
CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS

Órgão de julgamento em segunda instância, vinculado administrativamente ao Prefeito Municipal, instituído pelo Decreto nº 819, de 17 de agosto de 1983, com as alterações promovidas pelo Decreto 1.144, de 19 de março de 1985, Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 2.159, de 18-12-89, Decreto nº 3.546, de 03 de novembro de 1998, com alterações sofridas e Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 4.510 de 29 de dezembro de 2006.

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO E EMENTA
PRIMEIRA TURMA JULGADORA

Sessão do dia 12 de julho do ano 2.016

Acórdão e Ementa nº 0155/2016

Conselheira Relatora: *Neide Maria Loureiro Joaquim Vidal*

Recorrente: **INTEGRAÇÃO TRANSPORTES LTDA**

Recorrido: Prefeitura Municipal de Cuiabá - SEMOB

Recurso Voluntário Processo nº: 0.015.861/2015-1 de 26/02/2015

Auto de Infração de Transporte nº 66034 - SEMOB - Valor: R\$250,00

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Conselheiros do Egrégio Conselho de Recursos Fiscais, em **reunião ordinária**, sob a Presidência do Senhor Conselheiro Pedro Marcelo de Simone, na conformidade da ata de julgamento, **por maioria de votos**, em **conhecer e improver** o Recurso Voluntário, nos termos do voto da Conselheira Relatora, **ratificando** a Decisão de 1ª Instância Administrativa. Votaram com o Relator os Conselheiros: 1. Pedro Marcelo de Simone; 2. Paulo César Camargo Ramos; 3. Samuel Barrem da Silva; 4. Vitor de Oliveira Tavares e 5. Marli de Paula Vilella.

O conselheiro, Jose Edemir Moreira Fernandes apresentou voto divergente apartado.

Presente no julgamento a Representante Fiscal do Município da 1ª Turma Julgadora, Dra. Sonia Cristina Mangoni de Oliveira Lelis.

Cuiabá, 14 de julho de 2.016



Pedro Marcelo Simone

Presidente da Turma

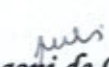


Neide Maria Loureiro Joaquim Vidal
Conselheira Relatora



Jair Alves da Rocha

Presidente do Conselho de Recursos Fiscais



Sônia Cristina Mangoni de Oliveira Lelis
Representante Fiscal do Município de Cuiabá

PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ
CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS

Órgão de julgamento em segunda instância, vinculado administrativamente ao Prefeito Municipal, instituído pelo Decreto nº 819, de 17 de agosto de 1983, com as alterações promovidas pelo Decreto 1.144, de 19 de março de 1985, Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 2.159, de 18-12-89, Decreto nº 3.546, de 03 de novembro de 1998, com alterações sofridas e Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 4.510 de 29 de dezembro de 2006.

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO E EMENTA
PRIMEIRA TURMA JULGADORA

Sessão do dia 12 de julho do ano 2.016

Acórdão e Ementa nº 0156/2016

Conselheira Relatora: *Neide Maria Loureiro Joaquim Vidal*

Recorrente: **INTEGRAÇÃO TRANSPORTES LTDA**

Recorrido: Prefeitura Municipal de Cuiabá - SEMOB

Recurso Voluntário Processo nº: 0.015.874/2015-1 de 26/02/2015

Auto de Infração de Transporte nº 67103 - SEMOB - Valor: R\$250,00

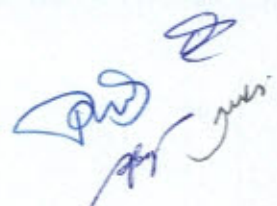
EMENTA

DECISÃO DE 2ª INSTÂNCIA ADMINISTRATIVA. Recurso Voluntário. Omitiu horário de viagem programado para a linha das 06:29 hs acarretando prejuízo insanável a coletividade. Não atendimento as regras impostas ao serviço de transporte Municipal. Infringência do artigo 1º, II da Lei nº 5.766/2013. Penalidade aplicada nos termos do Anexo I, Grupo III, Código de Infração "e" do mesmo diploma legal. Preliminar arguida rejeitada. Ato procedimental sem caráter peremptório. Aplicação Princípio da Especialidade. Inexistência de qualquer irregularidade formal ou material. Enquadramento correto. Manutenção do auto de Infração. Decisão de 1ª Instância ratificada.

1. Instituto da prescrição pleiteado não encontra respaldo jurídico.
2. Eventual notificação fora do prazo não se relaciona com o instituto da prescrição.
3. Infração cometida acarreta prejuízos insanável à coletividade usuária.
4. Agente Fiscalizador do Município observou princípio da especialidade ao impor a penalidade.
5. Não se verifica nenhuma irregularidade formal ou material no auto de infração a gerar eventual nulidade.
6. Recorrente não trouxe aos autos nenhum fato a contrapor a autuação lavrada.
7. Defesa invocada desprovida de fundamentação jurídica.
8. Dispositivos legais municipais aplicados com fundamento na infração em total pertinência com a conduta do autuado.
9. Decisão de 1ª Instância Administrativa declarou válido e subsistente o auto de Infração.

Recurso conhecido e improvido.

Decisão da 1ª Turma Julgadora do Conselho de Recursos Fiscais



PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ
CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS

Órgão de julgamento em segunda instância, vinculado administrativamente ao Prefeito Municipal, instituído pelo Decreto nº 819, de 17 de agosto de 1983, com as alterações promovidas pelo Decreto 1.144, de 19 de março de 1985, Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 2.159, de 18-12-89, Decreto nº 3.546, de 03 de novembro de 1998, com alterações sofridas e Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 4.510 de 29 de dezembro de 2006.

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO E EMENTA
PRIMEIRA TURMA JULGADORA

Sessão do dia 12 de julho do ano 2.016

Acórdão e Ementa nº 0156/2016

Conselheira Relatora: *Neide Maria Loureiro Joaquim Vidal*

Recorrente: **INTEGRAÇÃO TRANSPORTES LTDA**

Recorrido: Prefeitura Municipal de Cuiabá - SEMOB

Recurso Voluntário Processo nº: 0.015.874/2015-1 de 26/02/2015

Auto de Infração de Transporte nº 67103 - SEMOB - Valor: R\$250,00

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Conselheiros do Egrégio Conselho de Recursos Fiscais, em **reunião ordinária**, sob a Presidência do Senhor Conselheiro Pedro Marcelo de Simone, na conformidade da ata de julgamento, **por maioria de votos, em conhecer e improver** o Recurso Voluntário, nos termos do voto da Conselheira Relatora, **ratificando** a Decisão de 1ª Instância Administrativa. Votaram com o Relator os Conselheiros: 1. Pedro Marcelo de Simone; 2. Paulo César Camargo Ramos; 3. Samuel Barrem da Silva; 4. Vitor de Oliveira Tavares e 5. Marli de Paula Vilella.

O conselheiro, Jose Edemir Moreira Fernandes apresentou voto divergente apartado.

Presente no julgamento a Representante Fiscal do Município da 1ª Turma Julgadora, Dra. Sonia Cristina Mangoni de Oliveira Lelis.

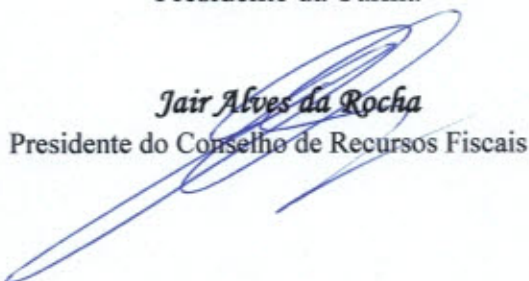
Cuiabá, 14 de julho de 2.016




Pedro Marcelo Simone
Presidente da Turma



Neide Maria Loureiro Joaquim Vidal
Conselheira Relatora



Jair Alves da Rocha
Presidente do Conselho de Recursos Fiscais



Sônia Cristina Mangoni de Oliveira Lelis
Representante Fiscal do Município de Cuiabá

PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ
CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS

Órgão de julgamento em segunda instância, vinculado administrativamente ao Prefeito Municipal, instituído pelo Decreto nº 819, de 17 de agosto de 1983, com as alterações promovidas pelo Decreto 1.144, de 19 de março de 1985, Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 2.159, de 18-12-89, Decreto nº 3.546, de 03 de novembro de 1998, com alterações sofridas e Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 4.510 de 29 de dezembro de 2006.

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO E EMENTA
PRIMEIRA TURMA JULGADORA

Sessão do dia 12 de julho do ano 2.016

Acórdão e Ementa nº 0157/2016

Conselheira Relatora: *Neide Maria Loureiro Joaquim Vidal*

Recorrente: **INTEGRAÇÃO TRANSPORTES LTDA**

Recorrido: Prefeitura Municipal de Cuiabá - SEMOB

Recurso Voluntário Processo nº: 0.015.868/2015-1 de 26/02/2015

Auto de Infração de Transporte nº 47340 - SEMOB - Valor: 10 UPF's

EMENTA

DECISÃO DE 2ª INSTÂNCIA ADMINISTRATIVA. Recurso Voluntário. Descumpriu horário de viagem programado para a linha das 07:09 hs adiantando propositalmente para obter vantagem em embarque. Não atendimento as regras impostas ao serviço de transporte Municipal. Infringência do artigo 46, IX c/c art. 58, §3º, 203 da Lei nº 1.789/81. Penalidade aplicada nos termos do art. 58, II do mesmo diploma legal. Preliminar arguida rejeitada. Ato procedimental sem caráter peremptório. Aplicação Princípio da Especialidade. Inexistência de qualquer irregularidade formal ou material. Enquadramento correto. Manutenção do auto de Infração. Decisão de 1ª Instância ratificada.

1. Instituto da prescrição pleiteado não encontra respaldo jurídico.
2. Eventual notificação fora do prazo não se relaciona com o instituto da prescrição.
3. Infração cometida acarreta prejuízos insanável à coletividade usuária.
4. Agente Fiscalizador do Município observou princípio da especialidade ao impor a penalidade.
5. Não se verifica nenhuma irregularidade formal ou material no auto de infração a gerar eventual nulidade.
6. Recorrente não trouxe aos autos nenhum fato a contrapor a autuação lavrada.
7. Defesa invocada desprovida de fundamentação jurídica.
8. Dispositivos legais municipais aplicados com fundamento na infração em total pertinência com a conduta do autuado.
9. Decisão de 1ª Instância Administrativa declarou válido e subsistente o auto de Infração.

Recurso conhecido e improvido.

Decisão da 1ª Turma Julgadora do Conselho de Recursos Fiscais



PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ
CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS

Órgão de julgamento em segunda instância, vinculado administrativamente ao Prefeito Municipal, instituído pelo Decreto nº 819, de 17 de agosto de 1983, com as alterações promovidas pelo Decreto 1.144, de 19 de março de 1985, Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 2.159, de 18-12-89, Decreto nº 3.546, de 03 de novembro de 1998, com alterações sofridas e Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 4.510 de 29 de dezembro de 2006.

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO E EMENTA
PRIMEIRA TURMA JULGADORA

Sessão do dia 12 de julho do ano 2.016

Acórdão e Ementa nº 0157/2016

Conselheira Relatora: *Neide Maria Loureiro Joaquim Vidal*

Recorrente: **INTEGRAÇÃO TRANSPORTES LTDA**

Recorrido: Prefeitura Municipal de Cuiabá - SEMOB

Recurso Voluntário Processo nº: 0.015.868/2015-1 de 26/02/2015

Auto de Infração de Transporte nº 47340 - SEMOB - Valor: 10 UPF's

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Conselheiros do Egrégio Conselho de Recursos Fiscais, em **reunião ordinária**, sob a Presidência do Senhor Conselheiro Pedro Marcelo de Simone, na conformidade da ata de julgamento, **por maioria de votos**, em **conhecer e improver** o Recurso Voluntário, nos termos do voto da Conselheira Relatora, **ratificando** a Decisão de 1ª Instância Administrativa. Votaram com o Relator os Conselheiros: 1. Pedro Marcelo de Simone; 2. Paulo César Camargo Ramos; 3. Samuel Barrem da Silva; 4. Vitor de Oliveira Tavares e 5. Marli de Paula Vilella.

O conselheiro, Jose Edemir Moreira Fernandes apresentou voto divergente apartado.

Presente no julgamento a Representante Fiscal do Município da 1ª Turma Julgadora, Dra. Sonia Cristina Mangoni de Oliveira Lelis.

Cuiabá, 14 de julho de 2.016




Pedro Marcelo Simone
Presidente da Turma



Neide Maria Loureiro Joaquim Vidal
Conselheira Relatora



Jair Alves da Rocha
Presidente do Conselho de Recursos Fiscais



Sônia Cristina Mangoni de Oliveira Lelis
Representante Fiscal do Município de Cuiabá

PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ
CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS

Órgão de julgamento em segunda instância, vinculado administrativamente ao Prefeito Municipal, instituído pelo Decreto nº 819, de 17 de agosto de 1983, com as alterações promovidas pelo Decreto 1.144, de 19 de março de 1985, Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 2.159, de 18-12-89, Decreto nº 3.546, de 03 de novembro de 1998, com alterações sofridas e Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 4.510 de 29 de dezembro de 2006.

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO E EMENTA
PRIMEIRA TURMA JULGADORA

Sessão do dia 12 de julho do ano 2.016

Acórdão e Ementa nº 0158/2016

Conselheira Relatora: *Neide Maria Loureiro Joaquim Vidal*

Recorrente: **INTEGRAÇÃO TRANSPORTES LTDA**

Recorrido: Prefeitura Municipal de Cuiabá - SEMOB

Recurso Voluntário Processo nº: 0.015.872/2015-1 de 26/02/2015

Auto de Infração de Transporte nº 50162 - SEMOB - Valor: 10 UPF's

EMENTA

DECISÃO DE 2ª INSTÂNCIA ADMINISTRATIVA. Recurso Voluntário. Descumpriu horário de viagem programado para a linha das 06:44 hs só saindo as 07:40 hs, acarretando prejuízo insanável a coletividade. Não atendimento as regras impostas ao serviço de transporte Municipal. Infringência do artigo 46, IX c/c art. 58, §3º, 201 da Lei nº 1.789/81. Penalidade aplicada nos termos do art. 58, II do mesmo diploma legal. Preliminar arguida rejeitada. Ato procedimental sem caráter peremptório. Aplicação Princípio da Especialidade. Inexistência de qualquer irregularidade formal ou material. Enquadramento correto. Manutenção do auto de Infração. Decisão de 1ª Instância ratificada.

1. Instituto da prescrição pleiteado não encontra respaldo jurídico.
2. Eventual notificação fora do prazo não se relaciona com o instituto da prescrição.
3. Infração cometida acarreta prejuízos insanável à coletividade usuária.
4. Agente Fiscalizador do Município observou princípio da especialidade ao impor a penalidade.
5. Não se verifica nenhuma irregularidade formal ou material no auto de infração a gerar eventual nulidade.
6. Recorrente não trouxe aos autos nenhum fato a contrapor a autuação lavrada.
7. Defesa invocada desprovida de fundamentação jurídica.
8. Dispositivos legais municipais aplicados com fundamento na infração em total pertinência com a conduta do autuado.
9. Decisão de 1ª Instância Administrativa declarou válido e subsistente o auto de Infração.

Recurso conhecido e improvido.

Decisão da 1ª Turma Julgadora do Conselho de Recursos Fiscais



PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ
CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS

Órgão de julgamento em segunda instância, vinculado administrativamente ao Prefeito Municipal, instituído pelo Decreto nº 819, de 17 de agosto de 1983, com as alterações promovidas pelo Decreto 1.144, de 19 de março de 1985, Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 2.159, de 18-12-89, Decreto nº 3.546, de 03 de novembro de 1998, com alterações sofridas e Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 4.510 de 29 de dezembro de 2006.

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO E EMENTA
PRIMEIRA TURMA JULGADORA

Sessão do dia 12 de julho do ano 2.016

Acórdão e Ementa nº 0158/2016

Conselheira Relatora: *Neide Maria Loureiro Joaquim Vidal*

Recorrente: **INTEGRAÇÃO TRANSPORTES LTDA**

Recorrido: Prefeitura Municipal de Cuiabá - SEMOB

Recurso Voluntário Processo nº: 0.015.872/2015-1 de 26/02/2015

Auto de Infração de Transporte nº 50162 - SEMOB - Valor: 10 UPF's

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Conselheiros do Egrégio Conselho de Recursos Fiscais, em **reunião ordinária**, sob a Presidência do Senhor Conselheiro Pedro Marcelo de Simone, na conformidade da ata de julgamento, **por maioria de votos**, em **conhecer e improver** o Recurso Voluntário, nos termos do voto da Conselheira Relatora, **ratificando** a Decisão de 1ª Instância Administrativa. Votaram com o Relator os Conselheiros: 1. Pedro Marcelo de Simone; 2. Paulo César Camargo Ramos; 3. Samuel Barrem da Silva; 4. Vitor de Oliveira Tavares e 5. Marli de Paula Vilella.

O conselheiro, Jose Edemir Moreira Fernandes apresentou voto divergente apartado.

Presente no julgamento a Representante Fiscal do Município da 1ª Turma Julgadora, Dra. Sonia Cristina Mangoni de Oliveira Lelis.


Cuiabá, 14 de julho de 2.016




Pedro Marcelo Simone
Presidente da Turma



Neide Maria Loureiro Joaquim Vidal
Conselheira Relatora



Jair Alves da Rocha
Presidente do Conselho de Recursos Fiscais



Sônia Cristina Mangoni de Oliveira Lelis
Representante Fiscal do Município de Cuiabá

PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ
CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS

Órgão de julgamento em segunda instância, vinculado administrativamente ao Prefeito Municipal, instituído pelo Decreto nº 819, de 17 de agosto de 1983, com as alterações promovidas pelo Decreto 1.144, de 19 de março de 1985, Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 2.159, de 18-12-89, Decreto nº 3.546, de 03 de novembro de 1998, com alterações sofridas e Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 4.510 de 29 de dezembro de 2006.

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO E EMENTA
PRIMEIRA TURMA JULGADORA

Sessão do dia 12 de julho do ano 2.016

Acórdão e Ementa nº 0159/2016

Conselheira Relatora: *Neide Maria Loureiro Joaquim Vidal*

Recorrente: **INTEGRAÇÃO TRANSPORTES LTDA**

Recorrido: Prefeitura Municipal de Cuiabá - SEMOB

Recurso Voluntário Processo nº: 0.015.873/2015-1 de 26/02/2015

Auto de Infração de Transporte nº 50444 - SEMOB - Valor: 05 UPF's

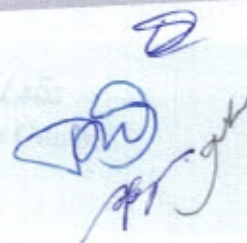
EMENTA

DECISÃO DE 2ª INSTÂNCIA ADMINISTRATIVA. Recurso Voluntário. Colocar em circulação veículo em más condições de funcionamento da luz de salão dianteira e ausência de extintor de incêndio. Não atendimento as regras impostas ao serviço de transporte Municipal. Infringência do artigo art. 56, II c/c art. 58, §§1º e 2º, 102 da Lei nº 1.789/81. Preliminar arguida rejeitada. Ato procedimental sem caráter peremptório. Aplicação Princípio da Especialidade. Inexistência de qualquer irregularidade formal ou material. Enquadramento correto. Manutenção do auto de Infração. Decisão de 1ª Instância ratificada.

1. Instituto da prescrição pleiteado não encontra respaldo jurídico.
2. Eventual notificação fora do prazo não se relaciona com o instituto da prescrição.
3. Infração cometida acarreta prejuízos insanável à coletividade usuária.
4. Agente Fiscalizador do Município observou princípio da especialidade ao impor a penalidade.
5. Não se verifica nenhuma irregularidade formal ou material no auto de infração a gerar eventual nulidade.
6. Recorrente não trouxe aos autos nenhum fato a contrapor a autuação lavrada.
7. Defesa invocada desprovida de fundamentação jurídica.
8. Dispositivos legais municipais aplicados com fundamento na infração em total pertinência com a conduta do autuado.
9. Decisão de 1ª Instância Administrativa declarou válido e subsistente o auto de Infração.

Recurso conhecido e improvido.

Decisão da 1ª Turma Julgadora do Conselho de Recursos Fiscais



PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ
CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS

Órgão de julgamento em segunda instância, vinculado administrativamente ao Prefeito Municipal, instituído pelo Decreto nº 819, de 17 de agosto de 1983, com as alterações promovidas pelo Decreto 1.144, de 19 de março de 1985, Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 2.159, de 18-12-89, Decreto nº 3.546, de 03 de novembro de 1998, com alterações sofridas e Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 4.510 de 29 de dezembro de 2006.

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO E EMENTA
PRIMEIRA TURMA JULGADORA

Sessão do dia 12 de julho do ano 2.016

Acórdão e Ementa nº 0160/2016

Conselheira Relatora: *Neide Maria Loureiro Joaquim Vidal*

Recorrente: **INTEGRAÇÃO TRANSPORTES LTDA**

Recorrido: Prefeitura Municipal de Cuiabá - SEMOB

Recurso Voluntário Processo nº: 0.015.870/2015-1 de 26/02/2015

Auto de Infração de Transporte nº 48215 - SEMOB - Valor: 20 UPF's

EMENTA

DECISÃO DE 2ª INSTÂNCIA ADMINISTRATIVA. Recurso Voluntário. Não cumpriu com o itinerário programado para a linha pela SEMOB. Não atendimento as regras impostas ao serviço de transporte Municipal. Infringência do artigo art. 41 c/c 56, II c/c art. 58, §7º da Lei nº 1.789/81. Preliminar arguida rejeitada. Ato procedimental sem caráter peremptório. Aplicação Princípio da Especialidade. Inexistência de qualquer irregularidade formal ou material. Enquadramento correto. Manutenção do auto de Infração. Decisão de 1ª Instância ratificada.

1. Instituto da prescrição pleiteado não encontra respaldo jurídico.
2. Eventual notificação fora do prazo não se relaciona com o instituto da prescrição.
3. Infração cometida acarreta prejuízos insanável à coletividade usuária.
4. Agente Fiscalizador do Município observou princípio da especialidade ao impor a penalidade.
5. Não se verifica nenhuma irregularidade formal ou material no auto de infração a gerar eventual nulidade.
6. Recorrente não trouxe aos autos nenhum fato a contrapor a autuação lavrada.
7. Defesa invocada desprovida de fundamentação jurídica.
8. Dispositivos legais municipais aplicados com fundamento na infração em total pertinência com a conduta do autuado.
9. Decisão de 1ª Instância Administrativa declarou válido e subsistente o auto de Infração.

Recurso conhecido e improvido.

Decisão da 1ª Turma Julgadora do Conselho de Recursos Fiscais



PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ
CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS

Órgão de julgamento em segunda instância, vinculado administrativamente ao Prefeito Municipal, instituído pelo Decreto nº 819, de 17 de agosto de 1983, com as alterações promovidas pelo Decreto 1.144, de 19 de março de 1985, Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 2.159, de 18-12-89, Decreto nº 3.546, de 03 de novembro de 1998, com alterações sofridas e Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 4.510 de 29 de dezembro de 2006.

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO E EMENTA
PRIMEIRA TURMA JULGADORA

Sessão do dia 12 de julho do ano 2.016

Acórdão e Ementa nº 0160/2016

Conselheira Relatora: *Neide Maria Loureiro Joaquim Vidal*

Recorrente: **INTEGRAÇÃO TRANSPORTES LTDA**

Recorrido: Prefeitura Municipal de Cuiabá - SEMOB

Recurso Voluntário Processo nº: 0.015.870/2015-1 de 26/02/2015

Auto de Infração de Transporte nº 48215 - SEMOB - Valor: 20 UPF's

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Conselheiros do Egrégio Conselho de Recursos Fiscais, em **reunião ordinária**, sob a Presidência do Senhor Conselheiro Pedro Marcelo de Simone, na conformidade da ata de julgamento, **por unanimidade de votos**, em **conhecer e improver** o Recurso Voluntário, nos termos do voto da Conselheira Relatora, **ratificando** a Decisão de 1ª Instância Administrativa. Votaram com o Relator os Conselheiros: 1. Pedro Marcelo de Simone; 2. Paulo César Camargo Ramos; 3. Samuel Barrem da Silva; 4. Vitor de Oliveira Tavares; 5. Marli de Paula Vilella e 6. Jose Edemir Moreira Fernandes.

Presente no julgamento a Representante Fiscal do Município da 1ª Turma Julgadora, Dra. Sonia Cristina Mangoni de Oliveira Lelis.

Cuiabá, 14 de julho de 2.016


Pedro Marcelo Simone

Presidente da Turma


Neide Maria Loureiro Joaquim Vidal

Conselheira Relatora


Jair Alves da Rocha

Presidente do Conselho de Recursos Fiscais


Sônia Cristina Mangoni de Oliveira Lelis

Representante Fiscal do Município de Cuiabá

PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ
CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS

Órgão de julgamento em segunda instância, vinculado administrativamente ao Prefeito Municipal, instituído pelo Decreto nº 819, de 17 de agosto de 1983, com as alterações promovidas pelo Decreto 1.144, de 19 de março de 1985, Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 2.159, de 18-12-89, Decreto nº 3.546, de 03 de novembro de 1998, com alterações sofridas e Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 4.510 de 29 de dezembro de 2006.

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO E EMENTA
PRIMEIRA TURMA JULGADORA

Sessão do dia 12 de julho do ano 2.016

Acórdão e Ementa nº 0161/2016

Conselheira Relatora: *Neide Maria Loureiro Joaquim Vidal*

Recorrente: **INTEGRAÇÃO TRANSPORTES LTDA**

Recorrido: Prefeitura Municipal de Cuiabá - SEMOB

Recurso Voluntário Processo nº: 0.015.867/2015-1 de 26/02/2015

Auto de Infração de Transporte nº 67359 - SEMOB - Valor: R\$250,00

EMENTA

DECISÃO DE 2ª INSTÂNCIA ADMINISTRATIVA. Recurso Voluntário. Não cumpriu o itinerário programado para a linha. Não atendimento as regras impostas ao serviço de transporte Municipal. Infringência do artigo 1º, II da Lei nº 5.766/2013. Penalidade aplicada nos termos do Anexo I, Grupo III, Código de Infração "e" do mesmo diploma legal. Preliminar arguida rejeitada. Ato procedimental sem caráter peremptório. Aplicação Princípio da Especialidade. Inexistência de qualquer irregularidade formal ou material. Enquadramento correto. Manutenção do auto de Infração. Decisão de 1ª Instância ratificada.

1. Instituto da prescrição pleiteado não encontra respaldo jurídico.
2. Eventual notificação fora do prazo não se relaciona com o instituto da prescrição.
3. Infração cometida acarreta prejuízos insanável à coletividade usuária.
4. Agente Fiscalizador do Município observou princípio da especialidade ao impor a penalidade.
5. Não se verifica nenhuma irregularidade formal ou material no auto de infração a gerar eventual nulidade.
6. Recorrente não trouxe aos autos nenhum fato a contrapor a autuação lavrada.
7. Defesa invocada desprovida de fundamentação jurídica.
8. Dispositivos legais municipais aplicados com fundamento na infração em total pertinência com a conduta do autuado.
9. Decisão de 1ª Instância Administrativa declarou válido e subsistente o auto de Infração.

Recurso conhecido e improvido.

Decisão da 1ª Turma Julgadora do Conselho de Recursos Fiscais



PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ
CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS

Órgão de julgamento em segunda instância, vinculado administrativamente ao Prefeito Municipal, instituído pelo Decreto nº 819, de 17 de agosto de 1983, com as alterações promovidas pelo Decreto 1.144, de 19 de março de 1985, Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 2.159, de 18-12-89, Decreto nº 3.546, de 03 de novembro de 1998, com alterações sofridas e Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 4.510 de 29 de dezembro de 2006.

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO E EMENTA
PRIMEIRA TURMA JULGADORA

Sessão do dia 12 de julho do ano 2.016

Acórdão e Ementa nº 0161/2016

Conselheira Relatora: *Neide Maria Loureiro Joaquim Vidal*

Recorrente: **INTEGRAÇÃO TRANSPORTES LTDA**

Recorrido: Prefeitura Municipal de Cuiabá - SEMOB

Recurso Voluntário Processo nº: 0.015.867/2015-1 de 26/02/2015

Auto de Infração de Transporte nº 67359 - SEMOB - Valor: R\$250,00

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Conselheiros do Egrégio Conselho de Recursos Fiscais, em **reunião ordinária**, sob a Presidência do Senhor Conselheiro Pedro Marcelo de Simone, na conformidade da ata de julgamento, **por maioria de votos**, em **conhecer e improver** o Recurso Voluntário, nos termos do voto da Conselheira Relatora, **ratificando** a Decisão de 1ª Instância Administrativa. Votaram com o Relator os Conselheiros: 1. Pedro Marcelo de Simone; 2. Paulo César Camargo Ramos; 3. Samuel Barrem da Silva; 4. Vitor de Oliveira Tavares e 5. Marli de Paula Vilella.

O conselheiro, Jose Edemir Moreira Fernandes apresentou voto divergente apartado.


Presente no julgamento a Representante Fiscal do Município da 1ª Turma Julgadora, Dra. Sonia Cristina Mangoni de Oliveira Lelis.

Cuiabá, 14 de julho de 2.016



Pedro Marcelo Simone

Presidente da Turma




Neide Maria Loureiro Joaquim Vidal
Conselheira Relatora



Jair Alves da Rocha

Presidente do Conselho de Recursos Fiscais



Sônia Cristina Mangoni de Oliveira Lelis
Representante Fiscal do Município de Cuiabá

PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ
CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS

Órgão de julgamento em segunda instância, vinculado administrativamente ao Prefeito Municipal, instituído pelo Decreto nº 819, de 17 de agosto de 1983, com as alterações promovidas pelo Decreto 1.144, de 19 de março de 1985, Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 2.159, de 18-12-89, Decreto nº 3.546, de 03 de novembro de 1998, com alterações sofridas e Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 4.510 de 29 de dezembro de 2006.

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO E EMENTA
SEGUNDA TURMA JULGADORA

Sessão do dia 13 de julho do ano 2.016

Acórdão e Ementa nº 0162/2016

Conselheiro Relator: *Elías Correia Pedrozo*

Recorrente: **HOSPITAL UNIVERSITÁRIO JULIO MULLER**

Recorrido: Prefeitura Municipal de Cuiabá – SMS

Recurso Voluntário Processo nº: 0.099.233/2015-1 de 18/09/2015

Auto de Infração/Multa nº 15436 (Cont. 15437; 15438; TN n. 23267;23271) -SMS - Valor: R\$466,44

EMENTA

DECISÃO DE 2ª INSTÂNCIA ADMINISTRATIVA. Presença de várias irregularidades, dentre elas funcionários exercendo suas funções sem dosímetro individual. Recurso Voluntário. Infração de forma continuada. Irregularidades apontadas através do Termo de Notificação nº 23267 sem que providências fossem adotadas no prazo estabelecido. Decretada a revelia. Reputa-se verdadeiros os fatos alegados pelo autuante. Auto de infração mantido. Decisão de 1ª Instância ratificada.

1. Recorrente notificado em 01/07/2015 e autuado pessoalmente em 09/07/2015 por não atender as exigências contidas na Notificação.
2. Infringência do dispositivo legal tipificado no art. 121, §1º da LC 004/91 c/c item 3.47b da Portaria nº 453/98.
3. Decretado revelia em 2ª Instância nos termos do art. 753, §4º da LC 004/92.
4. Decisão de 1ª Instância Administrativa declarando válido e subsistente o auto de Infração/multa deve ser mantida.

Recurso conhecido e improvido.

Decisão da 2ª Turma Julgadora do Conselho de Recursos Fiscais



PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ
CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS

Órgão de julgamento em segunda instância, vinculado administrativamente ao Prefeito Municipal, instituído pelo Decreto nº 819, de 17 de agosto de 1983, com as alterações promovidas pelo Decreto 1.144, de 19 de março de 1985, Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 2.159, de 18-12-89, Decreto nº 3.546, de 03 de novembro de 1998, com alterações sofridas e Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 4.510 de 29 de dezembro de 2006.

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO E EMENTA
SEGUNDA TURMA JULGADORA

Sessão do dia 13 de julho do ano 2.016

Acórdão e Ementa nº 0162/2016

Conselheiro Relator: *Elías Correia Pedrozo*

Recorrente: **HOSPITAL UNIVERSITÁRIO JULIO MULLER**

Recorrido: Prefeitura Municipal de Cuiabá – SMS

Recurso Voluntário Processo nº: 0.099.233/2015-1 de 18/09/2015

Auto de Infração/Multa nº 15436 (Conf. 15437; 15438; TN n. 23267;23271) -SMS - Valor: R\$466,44

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Conselheiros do Egrégio Conselho de Recursos Fiscais, em **reunião ordinária**, sob a Presidência do Senhor Conselheiro Rosbeck Bucair, na conformidade da ata de julgamento, **por unanimidade de votos**, em **conhecer e improver** o Recurso voluntário, nos termos do voto do Conselheiro Relator, **ratificar** a Decisão de 1ª Instância Administrativa. Votaram com o Relator os Conselheiros: 1. Rosbeck Bucair; 2. Waldemar Alves Lopes; 3. Irone Galindo Cademartori ; 4. Robson Pereira dos Santos e 5. Luiz Mario Massad Gome da Silva .

Presente no julgamento a Representante Fiscal do Município da 2ª Turma Julgadora, Dra. Juliette Caldas Migueis

Cuiabá, 17 de junho de 2.016

Rosbeck Bucair

Presidente da Turma

Elías Correia Pedrozo

Conselheiro Relator

Jair Alves da Rocha

Presidente do Conselho de Recursos Fiscais

Juliette Caldas Miguéis

Representante Fiscal do Município de Cuiabá

PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ
CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS

Órgão de julgamento em segunda instância, vinculado administrativamente ao Prefeito Municipal, instituído pelo Decreto nº 819, de 17 de agosto de 1983, com as alterações promovidas pelo Decreto 1.144, de 19 de março de 1985, Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 2.159, de 18-12-89, Decreto nº 3.546, de 03 de novembro de 1998, com alterações sofridas e Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 4.510 de 29 de dezembro de 2006.

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO E EMENTA
SEGUNDA TURMA JULGADORA

Sessão do dia 20 de julho do ano 2.016

Acórdão e Ementa nº 0163/2016

Conselheiro Relator: *Rosbeck Bucair*

Recorrente: **INTEGRAÇÃO TRANSPORTES LTDA**

Recorrido: Prefeitura Municipal de Cuiabá – SEMOB

Recurso Voluntário Processo nº: 0.055.127/2015-1 de 29/05/2015

Auto de Infração de Transporte nº 65355 - SEMOB - Valor: 50 UFIR's

EMENTA

DECISÃO DE 2ª INSTÂNCIA ADMINISTRATIVA. Recurso Voluntário. Transitou com a placa lateral do itinerário desligada ou queimada dificultando o embarque de passageiros. Não atendimento as regras impostas ao serviço de transporte Municipal. Infringência do artigo 1º da Lei nº 4.406/2013. Penalidade aplicada nos termos do art. 3º do mesmo diploma legal. Aplicação Princípio da Especialidade. Inexistência de qualquer irregularidade formal ou material. Enquadramento correto. Manutenção do auto de Infração. Decisão de 1ª Instância ratificada.

1. Presunção de legitimidade e veracidade do ato administrativo praticado pelo agente público.
2. Infração cometida acarreta dúvida à coletividade usuária no embarque.
3. Observado o princípio da especialidade pelo Agente Fiscalizador do Município ao impor a penalidade.
4. Não se verifica nenhuma irregularidade formal ou material no auto de infração a gerar eventual nulidade.
5. Recorrente não trouxe aos autos nenhum fato a contrapor a autuação lavrada.
6. Defesa invocada desprovida de fundamentação jurídica.
7. Dispositivos legais municipais aplicados com fundamento na infração em total pertinência com a conduta do autuado.
8. Decisão de 1ª Instância Administrativa declarou válido e subsistente o auto de Infração.

Recurso conhecido e improvido.

Decisão da 2ª Turma Julgadora do Conselho de Recursos Fiscais



PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ
CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS

Órgão de julgamento em segunda instância, vinculado administrativamente ao Prefeito Municipal, instituído pelo Decreto nº 819, de 17 de agosto de 1983, com as alterações promovidas pelo Decreto 1.144, de 19 de março de 1985, Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 2.159, de 18-12-89, Decreto nº 3.546, de 03 de novembro de 1998, com alterações sofridas e Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 4.510 de 29 de dezembro de 2006.

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO E EMENTA
SEGUNDA TURMA JULGADORA

Sessão do dia 20 de julho do ano 2.016

Acórdão e Ementa nº 0163/2016

Conselheiro Relator: *Rosbeck Bucair*

Recorrente: **INTEGRAÇÃO TRANSPORTES LTDA**

Recorrido: Prefeitura Municipal de Cuiabá – SEMOB

Recurso Voluntário Processo nº: 0.055.127/2015-1 de 29/05/2015


Auto de Infração de Transporte nº 65355 - SEMOB - Valor: 50 UFIR's


ACÓRDÃO

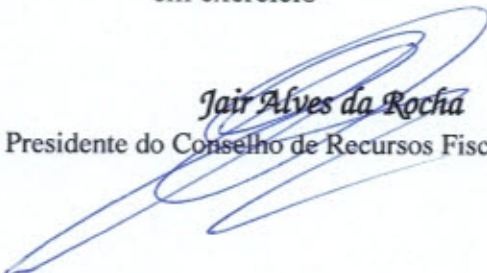
Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Conselheiros do Egrégio Conselho de Recursos Fiscais, em **reunião ordinária**, sob a Presidência da Senhora Conselheira Irone Galindo Cademartori, na conformidade da ata de julgamento, **por unanimidade de votos**, em **conhecer e improver** o Recurso Voluntário, nos termos do voto do Conselheiro Relator, **ratificando** a Decisão de 1ª Instância Administrativa. Votaram com o Relator os Conselheiros: 1. Irone Galindo Cademartori; 2. Robson Pereira dos Santos; 3. Waldemar Alves Lopes e 4. Elias Correia Pedrozo.


Presente no julgamento a Representante Fiscal do Município da 2ª Turma Julgadora, Dra. Juliette Caldas Miguéis.

Cuiabá, 22 de julho de 2.016


Irone Galindo Cademartori
Presidente da Turma
em exercício


Rosbeck Bucair
Conselheiro Relator


Jair Alves da Rocha
Presidente do Conselho de Recursos Fiscais


Juliette Caldas Miguéis
Representante Fiscal do Município de Cuiabá

PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ
CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS

Órgão de julgamento em segunda instância, vinculado administrativamente ao Prefeito Municipal, instituído pelo Decreto nº 819, de 17 de agosto de 1983, com as alterações promovidas pelo Decreto 1.144, de 19 de março de 1985, Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 2.159, de 18-12-89, Decreto nº 3.546, de 03 de novembro de 1998, com alterações sofridas e Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 4.510 de 29 de dezembro de 2006.

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO E EMENTA
SEGUNDA TURMA JULGADORA

Sessão do dia 20 de julho do ano 2.016

Acórdão e Ementa nº 0164/2016

Conselheiro Relator: *Rosbeck Bucair*

Recorrente: **INTEGRAÇÃO TRANSPORTES LTDA**

Recorrido: Prefeitura Municipal de Cuiabá – SEMOB

Recurso Voluntário Processo nº: 0.092.017/2015-1 de 31/08/2015

Auto de Infração de Transporte nº 61277 - SEMOB - Valor: R\$250,00

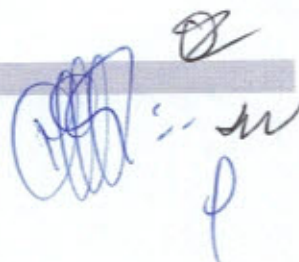
EMENTA

DECISÃO DE 2ª INSTÂNCIA ADMINISTRATIVA. Recurso Voluntário. Descumpriu o itinerário programado para a linha conforme OSO nº 161015, acarretando prejuízo insanável a coletividade usuária. Não atendimento as regras impostas ao serviço de transporte Municipal. Infringência do artigo 1º, II da Lei nº 5.766/2013. Penalidade aplicada nos termos do Anexo I, Grupo III, Código de Infração "e" do mesmo diploma legal. Inexistência de qualquer irregularidade formal ou material. Enquadramento correto. Manutenção do auto de Infração. Decisão de 1ª Instância ratificada.

1. Presunção de legitimidade e veracidade.
2. Recorrente não trouxe aos autos nenhum fato a contrapor a autuação lavrada.
3. Infração cometida acarreta prejuízo insanável à coletividade usuária.
4. Defesa invocada desprovida de fundamentação jurídica
5. Não se verifica nenhuma irregularidade formal ou material no auto de infração a gerar eventual nulidade.
6. Dispositivos legais municipais aplicados com fundamento na infração em total pertinência com a conduta do autuado.
7. Decisão de 1ª Instância Administrativa declarou válido e subsistente o auto de Infração.

Recurso conhecido e improvido.

Decisão da 2ª Turma Julgadora do Conselho de Recursos Fiscais



PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ
CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS

Órgão de julgamento em segunda instância, vinculado administrativamente ao Prefeito Municipal, instituído pelo Decreto nº 819, de 17 de agosto de 1983, com as alterações promovidas pelo Decreto 1.144, de 19 de março de 1985, Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 2.159, de 18-12-89, Decreto nº 3.546, de 03 de novembro de 1998, com alterações sofridas e Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 4.510 de 29 de dezembro de 2006.

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO E EMENTA
SEGUNDA TURMA JULGADORA

Sessão do dia 20 de julho do ano 2.016

Acórdão e Ementa nº 0164/2016

Conselheiro Relator: *Rosbeck Bucair*

Recorrente: **INTEGRAÇÃO TRANSPORTES LTDA**

Recorrido: Prefeitura Municipal de Cuiabá – SEMOB

Recurso Voluntário Processo nº: 0.092.017/2015-1 de 31/08/2015


Auto de Infração de Transporte nº 61277 - SEMOB - Valor: R\$250,00

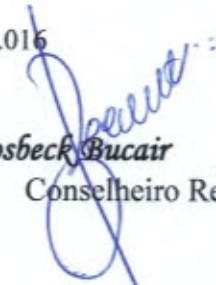
ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Conselheiros do Egrégio Conselho de Recursos Fiscais, em **reunião ordinária**, sob a Presidência da Senhora Conselheira Irone Galindo Cademartori, na conformidade da ata de julgamento, **por unanimidade de votos**, em **conhecer e improver** o Recurso Voluntário, nos termos do voto do Conselheiro Relator, **ratificando** a Decisão de 1ª Instância Administrativa. Votaram com o Relator os Conselheiros: 1. Irone Galindo Cademartori; 2. Robson Pereira dos Santos; 3. Waldemar Alves Lopes e 4. Elias Correia Pedrozo.


Presente no julgamento a Representante Fiscal do Município da 2ª Turma Julgadora, Dra. Juliette Caldas Miguéis.

Cuiabá, 22 de julho de 2.016


Irone Galindo Cademartori
Presidente da Turma
em exercício


Rosbeck Bucair
Conselheiro Relator


Jair Alves da Rocha
Presidente do Conselho de Recursos Fiscais


Juliette Caldas Miguéis
Representante Fiscal do Município de Cuiabá

PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ
CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS

Órgão de julgamento em segunda instância, vinculado administrativamente ao Prefeito Municipal, instituído pelo Decreto nº 819, de 17 de agosto de 1983, com as alterações promovidas pelo Decreto 1.144, de 19 de março de 1985, Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 2.159, de 18-12-89, Decreto nº 3.546, de 03 de novembro de 1998, com alterações sofridas e Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 4.510 de 29 de dezembro de 2006.

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO E EMENTA
SEGUNDA TURMA JULGADORA

Sessão do dia 20 de julho do ano 2.016

Acórdão e Ementa nº 0165/2016

Conselheiro Relator: *Rosbeck Bucair*

Recorrente: **INTEGRAÇÃO TRANSPORTES LTDA**

Recorrido: Prefeitura Municipal de Cuiabá – SEMOB

Recurso Voluntário Processo nº: 0.092.019/2015-1 de 31/08/2015

Auto de Infração de Transporte nº 62483 - SEMOB - Valor: R\$250,00

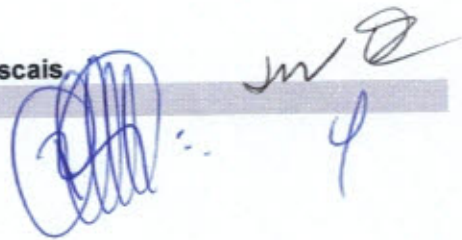
EMENTA

DECISÃO DE 2ª INSTÂNCIA ADMINISTRATIVA. Recurso Voluntário. Omitiu o horário programado para a linha das 06:04 hs, acarretando prejuízo insanável a coletividade usuária. Não atendimento as regras impostas ao serviço de transporte Municipal. Infringência do artigo 1º, II da Lei nº 5.766/2013. Penalidade aplicada nos termos do Anexo I, Grupo III, Código de Infração "e" do mesmo diploma legal. Inexistência de qualquer irregularidade formal ou material. Enquadramento correto. Manutenção do auto de Infração. Decisão de 1ª Instância ratificada.

1. Presunção de legitimidade e veracidade.
2. Recorrente não trouxe aos autos nenhum fato a contrapor a autuação lavrada.
3. Infração cometida acarreta prejuízo insanável à coletividade usuária.
4. Defesa invocada desprovida de fundamentação jurídica
5. Não se verifica nenhuma irregularidade formal ou material no auto de infração a gerar eventual nulidade.
6. Dispositivos legais municipais aplicados com fundamento na infração em total pertinência com a conduta do autuado.
7. Decisão de 1ª Instância Administrativa declarou válido e subsistente o auto de Infração.

Recurso conhecido e improvido.

Decisão da 2ª Turma Julgadora do Conselho de Recursos Fiscais



PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ
CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS

Órgão de julgamento em segunda instância, vinculado administrativamente ao Prefeito Municipal, instituído pelo Decreto nº 819, de 17 de agosto de 1983, com as alterações promovidas pelo Decreto 1.144, de 19 de março de 1985, Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 2.159, de 18-12-89, Decreto nº 3.546, de 03 de novembro de 1998, com alterações sofridas e Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 4.510 de 29 de dezembro de 2006.

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO E EMENTA
SEGUNDA TURMA JULGADORA

Sessão do dia 20 de julho do ano 2.016

Acórdão e Ementa nº 0165/2016

Conselheiro Relator: *Rosbeck Bucair*

Recorrente: **INTEGRAÇÃO TRANSPORTES LTDA**

Recorrido: Prefeitura Municipal de Cuiabá – SEMOB

Recurso Voluntário Processo nº: 0.092.019/2015-1 de 31/08/2015

Auto de Infração de Transporte nº 62483 - SEMOB - Valor: R\$250,00

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Conselheiros do Egrégio Conselho de Recursos Fiscais, em **reunião ordinária**, sob a Presidência da Senhora Conselheira Irone Galindo Cademartori, na conformidade da ata de julgamento, **por unanimidade de votos**, em **conhecer e improver** o Recurso Voluntário, nos termos do voto do Conselheiro Relator, **ratificando** a Decisão de 1ª Instância Administrativa. Votaram com o Relator os Conselheiros: 1. Irone Galindo Cademartori; 2. Robson Pereira dos Santos; 3. Waldemar Alves Lopes e 4. Elias Correia Pedrozo.

Presente no julgamento a Representante Fiscal do Município da 2ª Turma Julgadora, Dra. Juliette Caldas Miguéis.

Cuiabá, 22 de julho de 2.016

Irone Galindo Cademartori
Irone Galindo Cademartori
Presidente da Turma
em exercício

Rosbeck Bucair
Rosbeck Bucair
Conselheiro Relator

Jair Alves da Rocha
Jair Alves da Rocha
Presidente do Conselho de Recursos Fiscais

Juliette Caldas Miguéis
Juliette Caldas Miguéis
Representante Fiscal do Município de Cuiabá

PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ
CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS

Órgão de julgamento em segunda instância, vinculado administrativamente ao Prefeito Municipal, instituído pelo Decreto nº 819, de 17 de agosto de 1983, com as alterações promovidas pelo Decreto 1.144, de 19 de março de 1985, Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 2.159, de 18-12-89, Decreto nº 3.546, de 03 de novembro de 1998, com alterações sofridas e Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 4.510 de 29 de dezembro de 2006.

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO E EMENTA
SEGUNDA TURMA JULGADORA

Sessão do dia 20 de julho do ano 2.016

Acórdão e Ementa nº 0166/2016

Conselheiro Relator: *Rosbeck Bucair*

Recorrente: **INTEGRAÇÃO TRANSPORTES LTDA**

Recorrido: Prefeitura Municipal de Cuiabá – SEMOB

Recurso Voluntário Processo nº: 0.035.777/2015-1 de 16/04/2015

Auto de Infração de Transporte nº 64575 - SEMOB - Valor: R\$250,00

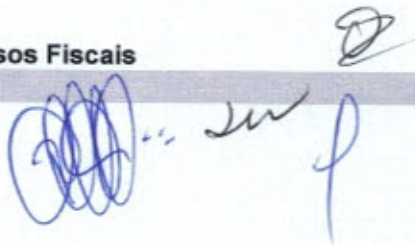
EMENTA

DECISÃO DE 2ª INSTÂNCIA ADMINISTRATIVA. Recurso Voluntário. Descumpriu o itinerário programado para a linha conforme OSO nº 160612, acarretando prejuízo insanável a coletividade usuária. Não atendimento as regras impostas ao serviço de transporte Municipal. Infringência do artigo 1º, II da Lei nº 5.766/2013. Penalidade aplicada nos termos do Anexo I, Grupo III, Código de Infração “e” do mesmo diploma legal. Inexistência de qualquer irregularidade formal ou material. Enquadramento correto. Manutenção do auto de Infração. Decisão de 1ª Instância ratificada.

1. Presunção de legitimidade e veracidade.
2. Recorrente não trouxe aos autos nenhum fato a contrapor a autuação lavrada.
3. Infração cometida acarreta prejuízo insanável à coletividade usuária.
4. Defesa invocada desprovida de fundamentação jurídica
5. Não se verifica nenhuma irregularidade formal ou material no auto de infração a gerar eventual nulidade.
6. Dispositivos legais municipais aplicados com fundamento na infração em total pertinência com a conduta do autuado.
7. Decisão de 1ª Instância Administrativa declarou válido e subsistente o auto de Infração.

Recurso conhecido e improvido.

Decisão da 2ª Turma Julgadora do Conselho de Recursos Fiscais



PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ
CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS

Órgão de julgamento em segunda instância, vinculado administrativamente ao Prefeito Municipal, instituído pelo Decreto nº 819, de 17 de agosto de 1983, com as alterações promovidas pelo Decreto 1.144, de 19 de março de 1985, Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 2.159, de 18-12-89, Decreto nº 3.546, de 03 de novembro de 1998, com alterações sofridas e Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 4.510 de 29 de dezembro de 2006.

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO E EMENTA
SEGUNDA TURMA JULGADORA

Sessão do dia 20 de julho do ano 2.016

Acórdão e Ementa nº 0166/2016

Conselheiro Relator: *Rosbeck Bucair*

Recorrente: **INTEGRAÇÃO TRANSPORTES LTDA**

Recorrido: Prefeitura Municipal de Cuiabá – SEMOB

Recurso Voluntário Processo nº: 0.035.777/2015-1 de 16/04/2015


Auto de Infração de Transporte nº 64575 - SEMOB - Valor: R\$250,00

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Conselheiros do Egrégio Conselho de Recursos Fiscais, em **reunião ordinária**, sob a Presidência da Senhora Conselheira Irone Galindo Cademartori, na conformidade da ata de julgamento, **por unanimidade de votos**, em **conhecer e improver** o Recurso Voluntário, nos termos do voto do Conselheiro Relator, **ratificando** a Decisão de 1ª Instância Administrativa. Votaram com o Relator os Conselheiros: 1. Irone Galindo Cademartori; 2. Robson Pereira dos Santos; 3. Waldemar Alves Lopes e 4. Elias Correia Pedrozo.


Presente no julgamento a Representante Fiscal do Município da 2ª Turma Julgadora, Dra. Juliette Caldas Miguéis.

Cuiabá, 22 de julho de 2.016


Irone Galindo Cademartori
Presidente da Turma
em exercício


Rosbeck Bucair
Conselheiro Relator


Jair Alves da Rocha
Presidente do Conselho de Recursos Fiscais


Juliette Caldas Miguéis
Representante Fiscal do Município de Cuiabá

PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ
CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS

Órgão de julgamento em segunda instância, vinculado administrativamente ao Prefeito Municipal, instituído pelo Decreto nº 819, de 17 de agosto de 1983, com as alterações promovidas pelo Decreto 1.144, de 19 de março de 1985, Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 2.159, de 18-12-89, Decreto nº 3.546, de 03 de novembro de 1998, com alterações sofridas e Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 4.510 de 29 de dezembro de 2006.

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO E EMENTA
SEGUNDA TURMA JULGADORA

Sessão do dia 20 de julho do ano 2.016

Acórdão e Ementa nº 0167/2016

Conselheiro Relator: *Rosbeck Bucair*

Recorrente: **INTEGRAÇÃO TRANSPORTES LTDA**

Recorrido: Prefeitura Municipal de Cuiabá – SEMOB

Recurso Voluntário Processo nº: 0.035.775/2015-1 de 16/04/2015

Auto de Infração de Transporte nº 64574 - SEMOB - Valor: R\$250,00

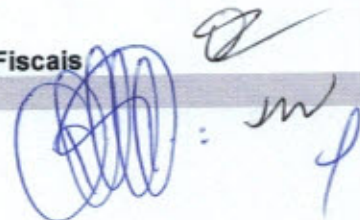
EMENTA

DECISÃO DE 2ª INSTÂNCIA ADMINISTRATIVA. Recurso Voluntário. Descumpriu o itinerário programado para a linha conforme OSO nº 160612, acarretando prejuízo insanável a coletividade usuária. Não atendimento as regras impostas ao serviço de transporte Municipal. Infringência do artigo 1º, II da Lei nº 5.766/2013. Penalidade aplicada nos termos do Anexo I, Grupo III, Código de Infração “e” do mesmo diploma legal. Inexistência de qualquer irregularidade formal ou material. Enquadramento correto. Manutenção do auto de Infração. Decisão de 1ª Instância ratificada.

1. Presunção de legitimidade e veracidade.
2. Recorrente não trouxe aos autos nenhum fato a contrapor a autuação lavrada.
3. Infração cometida acarreta prejuízo insanável à coletividade usuária.
4. Defesa invocada desprovida de fundamentação jurídica
5. Não se verifica nenhuma irregularidade formal ou material no auto de infração a gerar eventual nulidade.
6. Dispositivos legais municipais aplicados com fundamento na infração em total pertinência com a conduta do autuado.
7. Decisão de 1ª Instância Administrativa declarou válido e subsistente o auto de Infração.

Recurso conhecido e improvido.

Decisão da 2ª Turma Julgadora do Conselho de Recursos Fiscais



PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ
CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS

Órgão de julgamento em segunda instância, vinculado administrativamente ao Prefeito Municipal, instituído pelo Decreto nº 819, de 17 de agosto de 1983, com as alterações promovidas pelo Decreto 1.144, de 19 de março de 1985, Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 2.159, de 18-12-89, Decreto nº 3.546, de 03 de novembro de 1998, com alterações sofridas e Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 4.510 de 29 de dezembro de 2006.

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO E EMENTA
SEGUNDA TURMA JULGADORA

Sessão do dia 20 de julho do ano 2.016

Acórdão e Ementa nº 0167/2016

Conselheiro Relator: *Rosbeck Bucair*

Recorrente: **INTEGRAÇÃO TRANSPORTES LTDA**

Recorrido: Prefeitura Municipal de Cuiabá – SEMOB

Recurso Voluntário Processo nº: 0.035.775/2015-1 de 16/04/2015


Auto de Infração de Transporte nº 64574 - SEMOB - Valor: R\$250,00

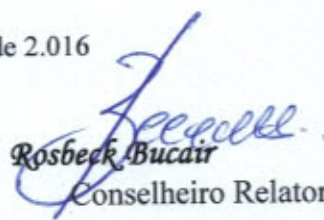
ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Conselheiros do Egrégio Conselho de Recursos Fiscais, em **reunião ordinária**, sob a Presidência da Senhora Conselheira Irone Galindo Cademartori, na conformidade da ata de julgamento, **por unanimidade de votos**, em **conhecer e improver** o Recurso Voluntário, nos termos do voto do Conselheiro Relator, **ratificando** a Decisão de 1ª Instância Administrativa. Votaram com o Relator os Conselheiros: 1. Irone Galindo Cademartori; 2. Robson Pereira dos Santos; 3. Waldemar Alves Lopes e 4. Elias Correia Pedrozo.

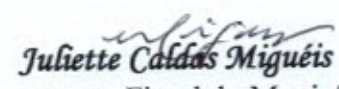
Presente no julgamento a Representante Fiscal do Município da 2ª Turma Julgadora, Dra. Juliette Caldas Miguéis.

Cuiabá, 22 de julho de 2.016


Irone Galindo Cademartori
Presidente da Turma
em exercício


Rosbeck Bucair
Conselheiro Relator


Jair Alves da Rocha
Presidente do Conselho de Recursos Fiscais


Juliette Caldas Miguéis
Representante Fiscal do Município de Cuiabá

PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ
CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS

Órgão de julgamento em segunda instância, vinculado administrativamente ao Prefeito Municipal, instituído pelo Decreto nº 819, de 17 de agosto de 1983, com as alterações promovidas pelo Decreto 1.144, de 19 de março de 1985, Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 2.159, de 18-12-89, Decreto nº 3.546, de 03 de novembro de 1998, com alterações sofridas e Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 4.510 de 29 de dezembro de 2006.

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO E EMENTA
PRIMEIRA TURMA JULGADORA

Sessão do dia 26 de julho do ano de 2016

Acórdão e Ementa nº 0168/2016

Conselheiro Relator: *Samuel Barrem da Silva*

Recorrente: **PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ - SEMOB**

Recorrido: **Parati Transportes Ltda**

Recurso de Ofício processo nº: 0.113.262/2015-1 de 29/10/2015

Auto de Infração de Transporte nº 63034 -SEMOB - Valor: R\$20.000,00

EMENTA

DECISÃO DE 2ª INSTÂNCIA ADMINISTRATIVA. Recurso de Ofício. Fato gerador do Auto de Infração cumulação de função de motorista e cobrador. Lei Municipal nº 5.695/2013 norma jurídica que fundamentou o auto de infração. Destinatários serviços de transporte coletivo. Artigo 2º e 3º individualiza as concessionárias. Norma consolidada não admite interpretação extensiva. Violação do Princípio da Estrita Legalidade. Cancelamento do Auto de Infração. Decisão de 1ª Instância ratificada.

1. O serviço permissionário de transporte coletivo urbano.
2. Auto de Infração lavrado sob a égide da Lei Municipal 5.695/13.
3. Artigo 2º e 3º da Lei 5.695/13 estabelece como destinatário as concessionárias de transporte coletivo urbano.
4. Interpretação literal restrita em se tratando de norma de natureza sancionatória.
5. Violação do Princípio da Legalidade.
6. Administração adstrita aos termos da Lei.
7. A Decisão de 1ª Instância Administrativa declarando inválido e insubsistente o auto de Infração deve ser ratificada.

Recurso conhecido e improvido.

Decisão da 1ª Turma Julgadora do Conselho de Recursos Fiscais

PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ
CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS

Órgão de julgamento em segunda instância, vinculado administrativamente ao Prefeito Municipal, instituído pelo Decreto nº 819, de 17 de agosto de 1983, com as alterações promovidas pelo Decreto 1.144, de 19 de março de 1985, Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 2.159, de 18-12-89, Decreto nº 3.546, de 03 de novembro de 1998, com alterações sofridas e Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 4.510 de 29 de dezembro de 2006.

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO E EMENTA
PRIMEIRA TURMA JULGADORA

Sessão do dia 26 de julho do ano de 2016

Acórdão e Ementa nº 0168/2016

Conselheiro Relator: *Samuel Barrem da Silva*

Recorrente: **PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ - SEMOB**

Recorrido: **Parati Transportes Ltda**

Recurso de Ofício processo nº: 0.113.262/2015-1 de 29/10/2015

Auto de Infração de Transporte nº 63034 -SEMOB - Valor: R\$20.000,00


ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Conselheiros do Egrégio Conselho de Recursos Fiscais, em **reunião ordinária**, sob a Presidência do Senhor Conselheiro Pedro Marcelo de Simone, na conformidade da ata de julgamento, **por maioria de votos**, em **conhecer e improver** o Recurso de Ofício, nos termos do voto do Conselheiro Relator, **ratificando** a Decisão de 1ª Instância Administrativa. Votaram com o Relator os Conselheiros: 1. Pedro Marcelo de Simone; 2. Neide Maria Loureiro Joaquim Vidal; 3. Jesse Rodrigues de Arruda Barros ; 4.Vitor de Oliveira Tavares e 5. Jose Edemir Moreira Fernandes.

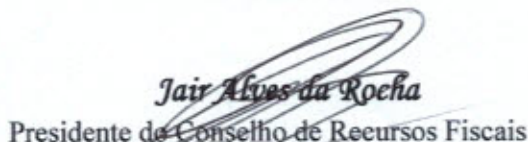
A conselheira, Marli de Paula Vilella, apresentou voto divergente e em apartado.

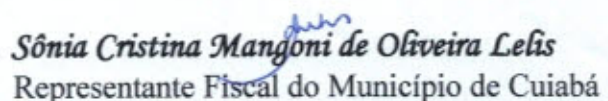
Presente no julgamento a Representante Fiscal do Município da 1ª Turma Julgadora, Dra. Sonia Cristina Mangoni de Oliveira Lelis.

Cuiabá, 26 de julho de 2016


Pedro Marcelo Simone
Presidente da Turma


Samuel Barrem da Silva
Conselheiro Relator


Jair Alves da Rocha
Presidente do Conselho de Recursos Fiscais


Sônia Cristina Mangoni de Oliveira Lelis
Representante Fiscal do Município de Cuiabá

PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ
CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS

Órgão de julgamento em segunda instância, vinculado administrativamente ao Prefeito Municipal, instituído pelo Decreto nº 819, de 17 de agosto de 1983, com as alterações promovidas pelo Decreto 1.144, de 19 de março de 1985, Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 2.159, de 18-12-89, Decreto nº 3.546, de 03 de novembro de 1998, com alterações sofridas e Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 4.510 de 29 de dezembro de 2006.

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO E EMENTA
PRIMEIRA TURMA JULGADORA

Sessão do dia 26 de julho do ano de 2016

Acórdão e Ementa nº 0169/2016

Conselheiro Relator: *Samuel Barrem da Silva*

Recorrente: **PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ - SEMOB**

Recorrido: **Vandex Taxi Lotação Ltda Me**

Recurso de Ofício processo nº: 0.113.264/2015-1 de 29/10/2015

Auto de Infração de Transporte nº 63089 -SEMOB - Valor: R\$20.000,00

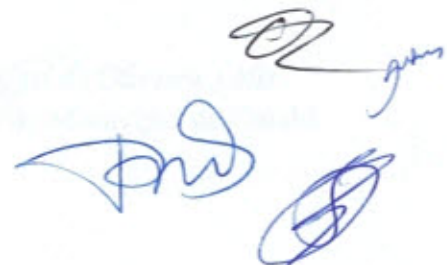
EMENTA

DECISÃO DE 2ª INSTÂNCIA ADMINISTRATIVA. Recurso de Ofício. Fato gerador do Auto de Infração cumulação de função de motorista e cobrador. Lei Municipal nº 5.695/2013 norma jurídica que fundamentou o auto de infração. Destinatários serviços de transporte coletivo. Artigo 2º e 3º individualiza as concessionárias. Norma consolidada não admite interpretação extensiva. Violação do Princípio da Estrita Legalidade. Cancelamento do Auto de Infração. Decisão de 1ª Instância ratificada.

1. O serviço permissionário de transporte coletivo urbano.
2. Auto de Infração lavrado sob a égide da Lei Municipal 5.695/13.
3. Artigo 2º e 3º da Lei 5.695/13 estabelece como destinatário as concessionárias de transporte coletivo urbano.
4. Interpretação literal restrita em se tratando de norma de natureza sancionatória.
5. Violação do Princípio da Legalidade.
6. Administração adstrita aos termos da Lei.
7. A Decisão de 1ª Instância Administrativa declarando inválido e insubsistente o auto de Infração deve ser ratificada.

Recurso conhecido e improvido.

Decisão da 1ª Turma Julgadora do Conselho de Recursos Fiscais



PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ
CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS

Órgão de julgamento em segunda instância, vinculado administrativamente ao Prefeito Municipal, instituído pelo Decreto nº 819, de 17 de agosto de 1983, com as alterações promovidas pelo Decreto 1.144, de 19 de março de 1985, Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 2.159, de 18-12-89, Decreto nº 3.546, de 03 de novembro de 1998, com alterações sofridas e Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 4.510 de 29 de dezembro de 2006.

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO E EMENTA
PRIMEIRA TURMA JULGADORA

Sessão do dia 26 de julho do ano de 2016

Acórdão e Ementa nº 0170/2016

Conselheiro Relator: *Pedro Marcelo de Simone*

Recorrente: **ASSUNÇÃO COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA**

Recorrido: Prefeitura Municipal de Cuiabá - SMS

Recurso Voluntário processo nº: 0000874/2016-1 de 06/01/2016

Auto de Infração/Multa nº 47721 - SMS - Valor: R\$1.865,76

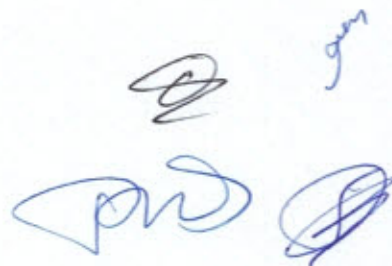
EMENTA

DECISÃO DE 2ª INSTÂNCIA ADMINISTRATIVA. Recurso Voluntário. Presença de irregularidades sanitárias. Recorrente admite presença das irregularidades apontadas. Inexistência de elementos probatórios a alicerçar e dar suporte à defesa apresentada. Correção das irregularidades a *posteriori* não tem o condão de invalidar o auto. Presença de notificações anteriores a aplicação da multa. Multa correta. Manutenção do auto de Infração. Decisão de 1ª Instância mantida.

1. Defesa apresentada limitada a justificativas econômicas não tem o condão de ilidir sua responsabilidade e nem descaracterizar os atos infracionais apontados;
2. Configuração das irregularidades consubstanciada em vistoria in loco.
3. O valor da multa aplicada guarda total consonância com o disposto na Tabela anexa a Lei Complementar nº 004/92 e artigo 755 da citada norma
4. Inexistência de qualquer irregularidade material ou formal do auto de infração.
5. Manutenção do auto de Infração ratificando a decisão de 1ª Instância.

Recurso conhecido, decisão de primeira instância mantida.

Decisão da 1ª Turma Julgadora do Conselho de Recursos Fiscais



PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ
CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS

Órgão de julgamento em segunda instância, vinculado administrativamente ao Prefeito Municipal, instituído pelo Decreto nº 819, de 17 de agosto de 1983, com as alterações promovidas pelo Decreto 1.144, de 19 de março de 1985, Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 2.159, de 18-12-89, Decreto nº 3.546, de 03 de novembro de 1998, com alterações sofridas e Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 4.510 de 29 de dezembro de 2006.

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO E EMENTA
PRIMEIRA TURMA JULGADORA

Sessão do dia 26 de julho do ano de 2016

Acórdão e Ementa nº 0170/2016

Conselheiro Relator: *Pedro Marcelo de Simone*

Recorrente: ASSUNÇÃO COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA

Recorrido: Prefeitura Municipal de Cuiabá - SMS

Recurso Voluntário processo nº: 0000874/2016-1 de 06/01/2016

Auto de Infração/Multa nº 47721 - SMS - Valor: R\$1.865,76

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Conselheiros do Egrégio Conselho de Recursos Fiscais, em **reunião ordinária**, sob a Presidência em exercício da Senhora Conselheira Marli de Paula Vilella, na conformidade da ata de julgamento, **por maioria de votos**, em **conhecer e improver** o Recurso Voluntário nos termos do voto do Conselheiro Relator, **ratificar** a Decisão de 1ª Instância Administrativa. Votaram com o Relator os Conselheiros: 1. Jesse Rodrigues de Arruda Barros; 2. Neide Maria Loureiro Joaquim Vidal; 3. Vitor de Oliveira Tavares e 4. Samuel Barrem da Silva.

O conselheiro, Jose Edemir Moreira Fernandes apresentou voto divergente apartado.
A conselheira Marli de Paula Vilella se deu por impedida.

Presente no julgamento a Representante Fiscal do Município da 1ª Turma Julgadora, Dra. Sonia Cristina Mangoni de Oliveira Lelis.

Cuiabá, 26 de julho de 2.016



Marli de Paula Vilella

Presidente da Turma
em exercício



Pedro Marcelo de Simone

Conselheiro Relator



Presidente do Conselho de Recursos Fiscais



Representante Fiscal do Município de Cuiabá